

420.19.33

Maria Yedda Linhares (Organizadora)
Ciro Flamarion Santana Cardoso
Francisco Carlos Teixeira da Silva
Hamilton de Mattos Monteiro
João Luís Fragoso
Sonia Regina de Mendonça

HISTÓRIA GERAL DO BRASIL

OITAVA EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA

O IMPÉRIO ESCRAVISTA E A REPÚBLICA DOS PLANTADORES

PARTE A:
ECONOMIA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX:
mais do que uma *plantation* escravista-exportadora

João Luís Fragoso

Caso analisemos alguns dados agregados, consoante a tradicional abordagem da historiografia brasileira, chegaremos à conclusão de que a economia do Brasil, ao longo do século XIX até 1888, mantém os seus traços básicos de economia escravista voltada para o mercado internacional. Confrontando-se a estimativa populacional de 1819 com o censo de 1872, verifica-se a transferência definitiva do eixo econômico do Nordeste açucareiro para o sudeste cafeeiro. Em 1819, a primeira região detinha 51,2% dos cativos do país; 61 anos depois, o Sudeste aparecia com 59% desta população. Perpassando tal movimento, nota-se que, a partir de 1831-40, as rendas de exportação do café ultrapassam as do açúcar.

Assim sendo, segundo aquela visão tradicional, temos, no decorrer do século XIX, apenas uma mudança de produto. Ou melhor, a uma modificação na pauta de exportação corresponderia um deslocamento do eixo econômico, e com ele a transferência da concentração de escravos. Contudo, a economia continuaria escravista e dependente das flutuações externas.

Este tipo de interpretação, apesar de conter boa parcela de razão, pode esconder outras informações presentes em outros dados globais. Em 1819, de uma população de 3.596.132 habitantes, 69,2% era constituída por homens livres; em 1872 — já no período final da escravidão — esse número subiria para 84,7%. Ou seja, além de senhores e escravos encontramos (no século XIX e nos anteriores) outras categorias sociais, outras formas sociais de produção (como a camponesa, com o uso adicional ou não do trabalho cativo) e mesmo outras formas sociais de extorsão de sobretrabalho (a exemplo da pecuária extensiva do Rio Grande do Sul e de Goiás).

Indo além, vemos que em 1819 a maior província escravista do país — Minas Gerais — não estava fundamentalmente ligada à exportação, mas ao mercado interno. Em 1874, nas três províncias do Sudeste que concentravam a produção cafeeira (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), 60% da população cativa total encontrava-se em municípios não-cafeeiros (em 1883, essa cifra cairia para 52,5%). Tais informações, acrescidas às anteriores, apontam para a importância das produções voltadas para o mercado interno. Essas eram capazes de gerar uma riqueza que é medida pelo número de escravos que detinham. Os números há pouco apresentados são suficientes para demonstrar que, apesar da presença hegemônica da produção escravista-exportadora, o país não pode ser limitado à *plantation* açucareira e cafeeira. O século XIX, assim como a história colonial do Brasil, é mais complexo do que isso.

Por sua vez, as formas de produção não-capitalistas (escravos, camponeses, peões etc.) podiam estar ligadas entre si e com a agricultura escravista-exportadora. Essas ligações, além de apontarem para a existência de um mercado interno de caráter pré-capitalista, podiam influir nas próprias condições de reprodução da agroexportação escravista, já que parte dos insumos e alimentos dessa última eram produzidos em condições não-capitalistas, o que afetava seu custeio e seu comportamento frente às atuações de um mercado internacional dominado pelo modo de produção capitalista. Tal aspecto pode ajudar a explicar as assincronias entre a economia escravista interna e as variações internacionais de preços.

Por outro lado, esse mercado pré-capitalista interno (produção mercantil de alimentos agrícolas, de gado, de charque etc., e suas relações entre si e com a empresa escravista-exportadora), somado às demais relações decorrentes dos mecanismos de reprodução da agroexportação, cria um amplo espaço para a realização de acumulações endógenas. Estas, contudo, segundo o tipo de negócio, podiam variar

de ritmo e de nível de concentração de riquezas. Ainda em meados do século XIX percebe-se a hegemonia do capital mercantil, que, constituído a partir de diversos segmentos do mercado, tinha que se transformar em produção (ou seja, investir-se em atividades produtivas) como condição mesma da reiteração da estrutura global de produção.

A realidade aqui apontada coexistiria com o surgimento de novos elementos a partir dos anos de 1850. A abolição do tráfico internacional de escravos, a Lei de Terras e o Código Comercial (ambos de 1850), a Lei de Hipotecas (1864), o avanço das estradas de ferro, ao que se agrega a própria consolidação, no mercado internacional, do modo de produção capitalista — todos esses são elementos que apontam para uma sociedade em transformação.

A abolição do tráfico negreiro colocaria limites físicos à própria reprodução de uma das bases que deram vida à sociedade montada no período colonial. As reações a tal abolição demonstrariam, no entanto, que aquela mesma sociedade (sua estrutura social, com os seus mecanismos de diferenciação econômico-social) já tinha deitado raízes profundas, e possuía uma elasticidade superior à da própria escravidão.

No Sudeste, em função da cafeicultura e de outras agriculturas mercantis, há um reforço da escravidão no período pós-1850. Para isto, essas regiões se valem do tráfico inter e intraprovincial, além dos tradicionais mecanismos de diferenciação econômica, entre eles o “tráfico interclasses” (em que os senhores mais pobres perdem seus escravos para os mais ricos). Calcula-se que, no Rio de Janeiro e São Paulo, ainda em 1872, o contingente cativo correspondia respectivamente a 21,59% e 46,20% da força de trabalho daquelas províncias. Em outras regiões do país, a transição para o trabalho juridicamente livre se daria mais cedo. No Pernambuco de 1872, os cativos representavam somente 14,30% da mão-de-obra da província; no Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso), a população servil não passava de 7,8% do número total de habitantes naquele mesmo ano; por fim, no Rio Grande do Sul o contingente escravo significava, em 1883, 8,9% da população total. Contudo, tal quadro não implicaria, nestas áreas, a passagem para uma economia capitalista em sentido estrito nem uma mudança radical de estruturas.

Na verdade, superada a escravidão — tanto no Sudeste como no Centro-Oeste e no Nordeste, guardadas as devidas diferenças inter e intra-regionais — ao que assistimos é à passagem, em particular na agroexportação, para diversos tipos de relações não-capitalistas de produção (parceria, colonato, morador etc.). E, na confecção de tais relações, a Lei de Terras — legislação criada por uma elite escravista

para administrar a superação da escravidão — teria um papel fundamental. Por essa lei, que previa o registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição daquelas públicas a não ser por compra — a terra era transformada em mercadoria corrente (o que não implica a inexistência cabal de um mercado de terras anterior a essa lei), referendando-se o seu controle por parte dos grupos dominantes do país. Seu resultado prático foi o de contribuir para a transformação ou confirmação do trabalhador, livre ou ex-escravo, como produtor de sobretrabalho para outros. Com isso, garantia-se a modificação do regime de trabalho sem grandes perturbações para as estruturas preexistentes.

O que acabamos de expor, todavia, não deve dar uma imagem errada dos últimos anos do oitocentos. Se é certo que, ainda na virada do século XIX para o XX, a economia apresentava uma precária divisão social do trabalho e uma circulação limitada de mercadorias (baixos índices de mercantilização), por outro lado é nesta época que apresentamos o crescimento da população urbana, os primeiros passos da industrialização, com a formação de seu capital industrial e sua classe operária. O que importa sublinhar é o caráter lento e tenso de tais transformações.

A REAFIRMAÇÃO DO ESCRAVISMO NO CENTRO-SUL E SUA POSTERIOR SUPERAÇÃO

A agricultura cafeeira no Sudeste: nova criação do sistema agrário escravista-exportador

A rápida formação da agricultura cafeeira em uma região de fronteira dá-se em uma época marcada, em nível internacional, pela fase B de um ciclo Kondratieff (1815-50). No entanto, em termos da economia escravista interna, alguns dados indicam que suas autuações não acompanham aquela tendência. Apesar de o preço do açúcar cair, no período 1821-31, numa taxa de -3,1% ao ano, as rendas da exportação desse produto aumentam em 2,7%, o que foi possível através do aumento do volume exportado em 5,6% ao ano. O crescimento do volume médio de exportação do açúcar entre 1797-1807 (na fase A do Kondratieff) e 1821-31 (na fase B) foi de 68,4%. Contudo, a sustentação das flutuações coloniais não se deve apenas às exportações. Desde finais do século XVIII até pelo menos 1825, no Rio de Janeiro, os preços dos alimentos ligados à dieta das classes populares e dos escravos apresentam uma taxa de crescimento anual superior à do açúcar branco exportado. As saídas de reses, toucinho e carne salgada

de Minas Gerais pelo registro do Presídio do Rio Preto entre 1818 e 1828 aumentam em mais de 170%. No período 1824-30 as saídas de porcos, pelo mesmo registro, crescem a uma taxa anual (17,4%) superior à das saídas do café pelo porto do Rio de Janeiro (12,2%). Perpassando tais movimentos temos o próprio crescimento demográfico: a cidade do Rio de Janeiro amplia a sua população em 159,8% entre 1799 e 1821; a comarca mineira do Rio das Mortes (área voltada para o abastecimento interno), de 1776 a 1821, vê o seu número de habitantes aumentar em 158%. Quanto ao tráfico atlântico de cativos, de 1795 a 1830 entraram mais de 650 mil africanos pelo porto carioca, a uma taxa anual de 5,1%. De 1815 até 1830, portanto já na fase B do ciclo Kondratieff, as importações de africanos crescem em uma taxa anual superior a 4%.

A eloqüência desses números contraria as teses tradicionais, vigentes na historiografia brasileira, acerca de uma dependência das flutuações coloniais em relação aos ritmos do mercado internacional. Ao contrário do que elas propõem, a queda dos preços internacionais na época tratada não levou a uma retração da agroexportação ou do mercado interno da região Sudeste. Por conseguinte, as flutuações coloniais, dentro de certos parâmetros, tinham uma relativa autonomia. Reforçando isso, nota-se, como vimos, o crescimento das produções ligadas ao abastecimento interno em um nível superior ao das destinadas à exportação. E isso nos permite rever um outro ponto também discutível, presente na historiografia brasileira: o peso dos segmentos econômicos ligados ao mercado interno. Diferentemente do que se supunha, o mercado interno e as produções para ele voltadas possuem uma presença expressiva. Essa economia é um pouco mais complexa do que uma simples *plantation* escravista ligada ao mercado internacional, e isso pode ser notado mesmo na nova criação da agroexportação em áreas de fronteira, movimento no qual participam capitais acumulados no abastecimento interno.

Na verdade, a montagem da cafeicultura enquanto sistema agrário escravista e mercantil não é o único fenômeno desse tipo presenciado durante os primeiros 50 anos do século passado. Na passagem do século XVIII para o XIX, encontramos algo semelhante na formação da agricultura canavieira em Campos (na segunda metade do século XIX esse setor produtivo estaria voltado para o mercado interno). De 1777 a 1810 o número de seus engenhos aumentou em 700% (de 50 para 400); e 71,4% das doações de sesmarias ocorreram entre 1780 e 1820. Tais dados, além de contrariarem as opiniões que negam a existência da reprodução ampliada da economia colonial, insinuam que estamos frente a um fenômeno ligado à contínua criação renovada da sociedade escravista em áreas de fronteira. É a partir de tal fenômeno que devemos entendê-la.

Estamos diante de uma sociedade onde a produção e apropriação do trabalho excedente não resultam inteiramente de condições econômicas no sentido estrito. Ao contrário do capitalismo, para o qual a coerção extra-econômica não exerce função estrutural e no qual a produção é regulada por mecanismos autodeterminados, aqui a extorsão do sobretrabalho é mais o resultado de relações de poder (o produtor direto é cativo de outro homem) do que de relações econômicas. Esse fenômeno confere às relações sociais de subordinação um papel dominante, já que elas exercem a função de relações de produção. O escravo, contudo, além de ser propriedade de outro homem é também uma mercadoria, o que, em princípio, o transforma em um produtor de mercadorias. A partir desse dado, o mercado adquire uma importância decisiva na reprodução daquelas relações sociais de subordinação no tempo, e essa reiteração passa a depender da alienação das mercadorias produzidas pelo escravo. Daí que a produção mercantil se transforme em veículo de nova criação de relações de poder e, conseqüentemente, de reprodução das relações de produção.

Nesse ponto começam as dificuldades. A sociedade escravista — abstraindo-se as distinções entre as produções para o mercado interno e para o externo — apresenta um perfil de riquezas profundamente hierarquizado. Na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, os inventários *post-mortem* mostram que cerca de 14% dos inventários detêm mais de 60% da riqueza, enquanto que mais de 45% deles controlam menos de 4% dessa riqueza, sem computarmos os escravos e a população livre indigente. Por conseguinte, se essa diferenciação social viabiliza a produção e concentração do sobretrabalho em poucas mãos, ela também cria um mercado restrito, dificultando a realização daquele mesmo sobretrabalho enquanto mercadoria.

É a partir dessas circunstâncias que a contínua criação renovada de sistemas agrários escravistas mercantis em áreas de fronteira ganha algum significado. A recorrência desse fenômeno prende-se às próprias contradições presentes na sociedade escravista. Essa nova criação, ao se repetir no tempo, permite a realização do sobretrabalho do cativo e, conseqüentemente, da forma de extorsão que a preside, sem que no entanto se altere a estrutura social estratificada em meio à qual todo o processo ocorre. Ela amplia o mercado interno sem mudar o seu caráter restrito. E quando essa criação renovada de sistemas agrários coincide com a montagem da agroexportação, além da ampliação da demanda para os segmentos escravistas ligados ao abastecimento interno, ocorre também a transferência, em última instância, do problema da realização do sobretrabalho contido na produção escrava

vista colonial para outro mercado (o internacional), e para outros modos de produção. A partir disto, a expansão da agroexportação ganha um *novo sentido*, que é o de preservar a estrutura social interna da sociedade escravista. Daí que ela decorra, em tese, de pressões internas à sociedade e não externas a ela. E se considerarmos que a nova criação de sistemas agrários escravistas se constitui em movimento que possibilita a reiteração de relações sociais de subordinação, estaremos frente a uma sociedade cuja reprodução simples (reiteração dos padrões sociais vigentes) depende da reprodução ampliada da economia.

Uma das conseqüências desse movimento é que, na economia pré-capitalista considerada, ao contrário de outras, o investimento produtivo do sobretrabalho e a subseqüente reprodução ampliada são fenômenos constantes. E isso é comandado por aqueles que se situam no topo da hierarquia econômica da sociedade escravista: os negociantes de grosso trato. Esses grandes comerciantes estavam entre aqueles 14% dos inventariados na praça do Rio de Janeiro (1790-1840) que detinham, em termos de valor, 45,7% dos prédios urbanos, 95,1% das dívidas ativas e 47,2% das empresas agrícolas. A hegemonia desta elite mercantil (e da acumulação mercantil) manifesta-se nos próprios contornos da estrutura econômica apreendida. Trata-se de uma economia em que o domínio do trabalho escravo e a presença de formas camponesas geram uma frágil divisão social do trabalho e uma precária circulação de mercadorias e de moedas. Isso se traduz na presença de práticas monopolistas e especulativas (mercado imperfeito) e no endividamento como momento freqüente do funcionamento das empresas.

No período abordado, tal categoria social controlava a liquidez do sistema (como se depreende da leitura das correspondências dos vice-reis) e o tráfico de escravos. A reposição física das relações de produção, entre 1811 e 1830, era monopolizada por 9,4% dos traficantes (detinham 57,9% do mercado), todos comerciantes de grosso trato. Dos 36 comerciantes "mais reputados" do Rio de Janeiro, segundo o vice-rei em 1799, levantamos inventários, testamentos e outros documentos relativos a 38,9% deles, e nenhum apresentava um passivo comercial superior ao ativo. Isso vem demonstrar sua autonomia financeira frente a capitais e casas mercantis estrangeiras — ao contrário do que pretendia a historiografia tradicional.

Essa autonomia nos leva a redefinir os parâmetros da dependência externa. De um lado, temos a expansão da agroexportação como decorrência de pressões internas (e não majoritariamente externas) à estrutura social escravista. De outro, tal movimento de reprodução ampliada é *endógeno*, no sentido de ser comandado de dentro da formação social escravista.

Afirmar que eram os comerciantes de grosso trato que comandavam a reprodução ampliada da economia significa dizer que a acumulação mercantil, enquanto fenômeno estrutural, se desdobra na produção. *Grosso modo*, podemos desdobrar o tipo de reprodução econômica aqui abordado em dois movimentos: 1ª) apropriação de parte do sobretrabalho, na circulação, assumindo a forma de uma acumulação mercantil; 2ª) transformação parcial desta acumulação em produção. Desse modo, no caso tratado, o capital mercantil não resume sua ação à apropriação, via circulação, de parte do sobretrabalho gerado na produção. Aqui o capital mercantil vai além, e uma parcela de sua acumulação é reinvestida na produção do sobretrabalho. Não é necessário frisar que essa volta do capital mercantil à produção configura um movimento circular, indispensável à própria reprodução da sociedade apreendida.

A noção de uma reiteração de criação de sistemas agrários escravistas-mercantis em áreas de fronteiras, enquanto fenômeno vinculado à reprodução da sociedade escravista, encerra dois significados intimamente ligados. Em primeiro lugar, ele é um movimento que, através da reprodução ampliada da economia, viabiliza a reiteração da sociedade considerada. Em segundo lugar, esse fenômeno é a própria remontagem em *escala regional* daquela sociedade; isso é, de sua forma de extorsão de sobretrabalho (trabalho escravo), do predomínio da acumulação mercantil e das diferenciações presentes em sua estrutura social.

Caso utilizemos uma vila do médio vale do Paraíba do Sul como amostragem daquele sistema agrário (no caso, voltado para a exportação de café), temos o quadro de uma estrutura econômica pré-capitalista. Antes de mais nada, encontramos o domínio de um tipo de relação social de produção cuja base é a propriedade sobre o produtor direto. Entre 1830 e 1885, pelo menos 1/3 do valor dos inventários *post-mortem* arrolados para a Vila de Paraíba do Sul é formado por *homens cativos*, e até 1865 apenas 6,5% das fortunas levantadas não compreendem esse "bem". A isso agrega-se que o predomínio de empresas agrícolas, nos inventários, tem como contrapartida uma frágil divisão social do trabalho. No período abordado, a agricultura escravista-mercantil soma mais de 70% do valor das fortunas inventariadas: segundo o censo de 1872, o conjunto dos comerciantes e das profissões mecânicas e manuais não chegava a corresponder a 9,0% da população economicamente ativa da região. Se a isso agregarmos o predomínio das dívidas passivas sobre as ativas, veremos que tais fatos, além de

confirmarem a falta de liquidez (numerário) das empresas agrícolas, insinuam que o seu processo de reprodução passava pelo capital mercantil.

Indo além, verifica-se que os investimentos em escravos e terras somam sempre mais de 60% do valor da empresa agrícola. Por outro lado, o valor dos equipamentos e instrumentos de trabalho, juntos, não chegam a corresponder a 10% das aplicações na fazenda. Se a isso incorporamos a permanência das enxadas, foices e cavadeiras como instrumentos de trabalho básicos entre 1830 e 1885, temos então os traços básicos do padrão tecnológico vigente no sistema: agricultura extensiva com baixo nível técnico. Em outras palavras, estamos frente a um sistema agrário cujo funcionamento se dá através da incorporação de mais terras e mais força de trabalho, sem a mediação de um desenvolvimento técnico na lavoura. Trata-se, portanto, de um sistema cuja reprodução (seja simples ou ampliada) consiste na repetição do mesmo processo de produção agrícola, em que as matas substituem um trabalho adicional na recuperação e preparo dos solos. A explicação da ausência de mudanças no padrão tecnológico agrícola (reprodução extensiva do sistema agrário) passa pela presença de uma forma de uso da terra que representa um pequeno dispêndio de tempo de trabalho por hectare, inferior ao daquele presente em outros sistemas de cultivo, nos quais o plantio pressupõe o emprego do arado e da adubação sistemática. E, nessas circunstâncias, a mudança para um sistema de uso "menos rudimentar" implicaria o aumento de tempo de trabalho.

Do que dissemos antes infere-se que, na forma de reprodução desse sistema agrário, perpassa um cálculo que objetiva a redução do tempo de trabalho e, com ele, a dos custos de produção; o que era visto por alguns contemporâneos como brutal rotina, na verdade indicava um tipo de racionalidade econômica. Por outro lado, deve ficar claro que essa repetição do mesmo padrão tecnológico na lavoura não significa que os fazendeiros fossem avessos a mudanças tecnológicas. A incorporação de máquinas de beneficiamento movidas a vapor por esses mesmos fazendeiros demonstra o contrário. Essas máquinas, na década de 1870, coexistiam com a rotação de terras e com a enxada e as queimadas nas roças de café e de alimentos. Por último, temos que sublinhar que essas práticas agrícolas só são factíveis em condições de baixa relação população-terra, ou seja, com a presença de uma fronteira agrícola aberta.

Detendo-nos no funcionamento dos grandes estabelecimentos agrícolas (aqueles com mais de 200 escravos, 400 alqueires de terras e

450 mil pés de café), observa-se que, para além da cultura do café, há uma série de outras atividades. A diversidade de culturas (café, cana-de-açúcar e mantimentos), de equipamentos (engenhos de café e açúcar, casas de farinha, olarias, serrarias etc.) e de profissões escravas (roceiros, carpinteiros, ferreiros, enfermeiros etc.) sublinha a existência de uma divisão interna do trabalho no interior das grandes empresas agrícolas.

Contudo, esses traços não devem dar uma imagem distorcida da empresa escravista-mercantil. Ela não é auto-suficiente. Tal empresa se abastecia de mantimentos e animais fornecidos por um mercado interno, constituído por uma variedade de formas não-capitalistas de produção: unidades camponesas ou escravistas do agro fluminense e de Minas Gerais remetiam alimentos de origem vegetal e animal; as fazendas de Goiás, fundadas no trabalho juridicamente livre, não-assalariado, enviavam gado; as estâncias e charqueadas do Sul, baseadas respectivamente em peões e escravos, forneciam gado e charque. Se agregarmos à divisão do trabalho presente na *plantation* escravista mais esse mercado interno, percebe-se que a reprodução da agroexportação, em parte, se dava em condições não-capitalistas. Fenômeno esse que, ao reduzir os custos monetários de reprodução da *plantation*, provavelmente dava certa resistência e autonomia à agroexportação frente às flutuações do mercado internacional (mantendo-se neste o nível de demanda).

O fato de não serem auto-suficientes as empresas agrícolas é ainda atestado pelo seu freqüente endividamento. O fato de necessitarem do "mercado imperfeito" para continuar a funcionar se traduzia na sua subordinação à acumulação mercantil. O comissário de café aparece então como o veículo desta subordinação. Representante do fazendeiro na praça do Rio de Janeiro, ele combinava as funções de vendedor das safras de café e abastecedor de mercadorias às fazendas com as de financiador da produção. Como financiador, ele repassava ao lavrador os créditos conseguidos nas casas bancárias do Rio. Não é necessário dizer que tal mecanismo reforça o mercado imperfeito e o caráter pré-capitalista do movimento de reprodução do sistema agrário considerado. O esquema começou a sofrer modificações substanciais a partir das décadas de 1850 e 1860, com a promulgação do Código Comercial de 1850 (que regularizava a atuação das casas bancárias), da Lei de Hipotecas (1864), e com a formação de um sistema bancário propriamente dito. Em 1878, o Banco do Brasil respondia sozinho por 61,3% dos empréstimos feitos no Rio de Janeiro às plantações de café. Contudo, ainda nessa época muitas regiões continuavam presas ao

antigo sistema. Esse é o caso de Vassouras, onde, entre 1873 e 1883, 61% dos empréstimos foram concedidos por comissários do Rio e por fazendeiros locais que eram também comerciantes.

Um outro aspecto ligado à reprodução da empresa agrícola diz respeito à reposição da mão-de-obra. Pela conformação da população cativa nos municípios cafeeiros até 1850, nota-se a existência de uma demografia escrava modelada pela lógica de *plantation*. Lógica que, ao visar à produção e apropriação de sobretabalho, se manifestava pela preferência por escravos masculinos entre 14 e 40 anos, o que, por sua vez, tornava-se possível através do tráfico atlântico de africanos. Entretanto, apesar desta lógica e de seus efeitos quanto à desproporção entre sexos (até 1850, dois homens para cada mulher), há dados que indicam, em Vassouras e Paraíba do Sul, a existência de famílias escravas estáveis, e isso mesmo antes da abolição do tráfico atlântico em 1850; em Paraíba do Sul, pelo menos 1/3 dos escravos eram indivíduos com laços de parentesco.

Esses dados, associados às parcelas de terras das fazendas às quais alguns cativos tinham acesso, vêm confirmar algo óbvio: o escravo não pode ser reduzido ao *instrumentum vocale* aristotélico, e a escravidão brasileira não consiste em um campo de concentração, mas sim em um sistema social estável e complexo, apesar de obviamente tenso.

Temos, assim, um sistema agrário pré-capitalista, caracterizado pelo domínio do trabalho escravo, do mercado restrito, da reprodução extensiva e da subordinação da agricultura à acumulação mercantil. Mas não se trata de uma agricultura pré-capitalista qualquer, pois ela se insere em um movimento mais amplo, o que nos levou a sublinhar a noção de uma criação reiterada de sistemas agrários escravistas e mercantis. Noção que só se percebe completamente quando atentamos para a reprodução das desigualdades socioeconômicas da estrutura escravista na fronteira. Pela lista de qualificação de votantes de Canagóia (vila situada na parte oriental do médio vale do Paraíba do Sul), verifica-se que, em 1856, 4,6% dos votantes detinham 34,9% da riqueza recenseada, enquanto que 33,2% só possuíam 6,6% dessa riqueza. Esses números não são tão distantes daqueles antes apresentados para a cidade do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX.

Na base da pirâmide social dos municípios cafeeiros, encontramos uma variedade de grupos sociais reunidos, *grosso modo*, sob a denominação de "homens livres pobres": pequenos produtores de alimentos e/ou de café, pequenos comerciantes, trabalhadores por jornal etc. Na diversidade desses homens, podem-se localizar aquelas

unidades em que o trabalho escravo, mesmo quando presente, é menos importante que o trabalho familiar. Na verdade, estaríamos diante de unidades camponesas que, mesmo produzindo para mercado, teriam uma lógica diferente da escravista-mercantil. Tal tipo de agricultura podia existir em terras próprias ou de outros fazendeiros; neste último caso, o lavrador sem terras não pagava necessariamente uma renda monetária ao proprietário. Essa última situação, ainda nebulosa para a historiografia, poderia, em tese, possibilitar a existência de relações de dependência, a serem pesquisadas, entre o pequeno lavrador e o dono da terra.

Passando para o outro extremo da hierarquia social, temos os senhores de homens e de terras. Apesar das diferenciações sociais do sistema agrário escravista terem possibilitado a concentração de riquezas localmente e a consolidação de um tipo de elite, não geraram um controle, por parte desse grupo, sobre a totalidade do processo de produção regional. Já vimos que a superioridade das dívidas passivas sobre as ativas indica a subordinação da empresa agrícola ao capital mercantil, ou melhor, à acumulação mercantil. E isso é também válido para a elite local.

Essa afirmação, por sua vez, nos remete ao primeiro significado referido no início do texto acerca da noção de uma criação reiterada de sistemas agrários. Esse fenômeno viabiliza a reprodução da sociedade escravista enquanto macrossistema. Em outras palavras, se aquele processo gera, na fronteira, um sistema agrário que possui os traços básicos da sociedade escravista, simultaneamente essa agricultura passa a subordinar-se a um movimento maior. As diferenciações sociais nela presentes reforçam a subordinação da produção à acumulação mercantil a qual ultrapassa os limites regionais do sistema agrário considerado; portanto, o controle econômico desta foge às mãos da elite rural local, passando para o âmbito daquilo que denominamos (pelo menos até a década de 1860) elite mercantil. Afinal, não podemos esquecer que a criação reiterada de sistemas agrários visa à manutenção do *status quo*, efetivando a reprodução da sociedade escravista.

Muitas famílias de fazendeiros saíram daquela elite mercantil, sendo suas fazendas originárias de uma acumulação prévia realizada na atividade mercantil de grosso trato. Tal transformação pode parecer ilógica, já que ela resulta na formação de empresas sem liquidez e, por conseguinte, dependentes. Nesse momento é importante lembrar que estamos em um contexto pré-capitalista, onde a forma de extorsão de sobretaxa remete ao domínio das relações de poder. Desse modo, se o controle do processo foge das mãos daquelas famílias de fazendei-

ros, por outro lado esses agentes pré-capitalistas passam a ter o domínio efetivo sobre os homens, seja diretamente mediante a escravidão, ou indiretamente por meio do monopólio sobre a propriedade da terra.

As produções para o mercado Interno no Sudeste: o caso de Minas Gerais

Ao lado da exportação, e de certa forma servindo-lhe de pano de fundo, encontramos as produções voltadas para o abastecimento interno. Essas podiam, porém, guardar diferenças com a agroexportação, assim como entre si. E isso é válido tanto em termos de formas de produção — temos a agricultura camponesa, a agropecuária escravista etc. —, como de padrões de hierarquia social e índices de acumulação mercantil.

A província do Rio de Janeiro, em 1874, concentrava 51% de seus escravos em áreas não-exportadoras. De um lado, temos áreas como o norte fluminense açucareiro, que apresentava uma aristocracia rural com índices de concentração de terras e escravos semelhantes aos com índices de concentração de terras e escravos semelhantes aos municípios cafeeiros do vale do Paraíba. Do outro, encontramos Capivari — município assentado no fornecimento de mandioca e café para o mercado interno — onde ser grande fazendeiro significava ter em torno de 30 escravos — número relativamente pequeno (não passaria de um médio lavrador) segundo os padrões do vale do Paraíba cafeeiro. Algo semelhante a essa última realidade é encontrado em Minas Gerais, província que, *grosso modo*, se assentava majoritariamente em uma agropecuária ligada ao mercado interno. Segundo os censos mineiros de 1831 e 1840, em 20 mil domicílios, 66,7% não contavam com um único escravo. Isso é um indicador do baixo índice de generalização das relações escravistas na economia mineira: provavelmente a maior parte de suas unidades tinha por base o trabalho familiar (talvez camponês). Por sua vez, nos 6.583 domicílios onde se encontrava trabalho escravo, a concentração dessa mão-de-obra se dava em plantéis de 3 a 5 cativos (faixa em que se localizava 28% da população escrava da província); nas áreas mais mercantilizadas, como a Zona da Mata mineira, tal concentração ocorria nos plantéis com mais de 30 cativos.

Entretanto, esses números não nos devem dar uma imagem distorcida de Minas Gerais. Esta, ao longo do século XIX, consistiu na maior província escravista do país: em 1819 e 1872 possuía, respectivamente, 15,2% e 24,5% da população cativa do Brasil. Da mesma maneira, a sociedade mineira apresentava altos índices internos de diferenciação econômica (concentração de riqueza). Apenas 0,8% dos domicílios possuía plantéis com mais de 30 escravos.

Se combinarmos essas informações, teremos, para Minas Gerais e talvez para outras áreas não-exportadoras, um quadro inusitado. Isso é, a sua produção, por ser de alimentos básicos, tinha diante de si um amplo mercado (formado por milhares de bocas), cuja capacidade de geração mercantil de riqueza se traduz na capacidade que tinha aquela província de comprar escravos numerosos; Minas foi, com efeito, a maior província escravista do país e, portanto, a maior compradora de cativos do país, até pelo menos 1850. Isso nos serve de índice para apreender o poder de geração de riqueza mercantil das produções voltadas para o mercado interno. Essas últimas tinham uma maior capacidade *geral* de produzir riqueza do que as produções agroexportadoras. Contudo, aquelas atividades ligadas ao abastecimento interno não possuíam a mesma capacidade *per capita* que as áreas agroexportadoras. Nestas últimas, a propriedade cativa era mais generalizada, mais concentrada, isso é, as fortunas mercantis *per capita* — e sua concentração na hierarquia social — eram maiores.

Esses problemas talvez fiquem mais claros quando nos apercebemos de que cada tipo de negócio, seja ele ligado ao comércio interno ou externo, possui traços próprios e, consoante estes, padrões específicos de acumulação e de concentração de riquezas. No comércio interno — o de alimentos vegetais e o de gado a curta distância, por exemplo — o lucro se perde nas mãos de uma cadeia interminável de intermediários; além do fato de ser a produção de alimentos uma das atividades agrícolas mais difundidas. O mesmo não ocorre com os negócios externos e à longa distância, onde as necessidades de um capital inicial expressivo e a presença de grandes riscos afastaria parte dos empresários, deixando tais atividades para aqueles de maior porte. Estes, assim, poderiam agir em uma situação de quase monopólio, o que lhes permitia auferir altos lucros relativamente. Por conseguinte, mesmo sendo mais volumoso e encerrando um maior número de trocas, o comércio interno possibilitava taxas de acumulação empresarial inferiores àquelas realizadas no comércio exterior.

Não pretendemos afirmar que não existissem práticas monopolistas no comércio interno a curta e média distância: a redução do número de armazéns e a subida dos preços dos alimentos na década de 1850, na Corte, são exemplos de tais práticas. Outrossim, há atividades que, ligadas ao comércio interno, possuíam taxas de acumulação empresarial compatíveis com as do comércio externo. Essas atividades, por se fazerem à longa distância e implicarem altos riscos e grandes capitais iniciais, eram realizadas por um pequeno número de empresários que, nestas condições, concentravam em suas mãos a acumu-

lação do setor. Tal é o caso dos negócios de gado bovino e muar feitos à grande distância, que uniam a Corte a São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Assim sendo, temos que o comércio interno podia gerar grandes acumulações centradas em poucas mãos, a exemplo do que ocorria com o comércio externo. E, desse modo, não se trata do negócio ser interno ou externo, mas sim de suas condições de realização, consoante as quais teremos padrões diferenciados de acumulação.

* * *

Entre as áreas não-exportadoras do Sudeste, a que desperta maior interesse, talvez pelo pouco conhecimento que se tem dela, é a de Minas Gerais. As exportações provinciais de 1842 até 1843 (informações de 24 registros de estradas), reafirmam a posição mineira enquanto província ligada ao mercado interno. Dessas exportações, em valor, 61,6% são compostos por bovinos, porcos e seus derivados. Os panos de algodão equivalem a 7,2%. Quanto aos produtos que provavelmente se destinavam em última análise ao mercado internacional, correspondiam a 29,8% do valor das exportações provinciais; referimo-nos ao café (18,8%) e ao tabaco (11%). Nessas listagens não constam os metais e pedras preciosas.

Por essas vendas externas percebe-se que Minas Gerais aparece no mercado do Sudeste sobretudo através de gêneros ligados ao consumo popular e escravo (só os porcos, toucinho e carne salgada somavam 27,7% das exportações da província no período). Apesar de serem insignificantes as vendas de alimentos vegetais (o milho, o feijão e as farinhas de mandioca e de milho, juntos, não ultrapassavam 0,4% das vendas), os inquéritos econômicos feitos pela província em 1846 e 1854 demonstram o peso dessa agricultura de alimentos no interior da economia mineira. No último inquérito são recenseadas as atividades de 36 municípios (cujo número de habitantes corresponde a mais de 76% da população total mineira) e se verifica que, majoritariamente, a agricultura e a pecuária aparecem como os principais “ramos da indústria” local. Em 10 municípios, fora possível arrolar o número de fazendas. Das 9.402 levantadas, 22,5% eram de pecuária, 20,7% de fazendas. Das 9.402 levantadas, 22,5% eram de pecuária, 20,7% simultaneamente de criação e agricultura e 46,8% apenas de lavoura. Sendo que por lavoura entendia-se especialmente a produção de milho, feijão, arroz e mandioca. O mesmo perfil pode ser encontrado no inquérito de 1846.

Algo parecido pode ser dito para a produção de cana-de-açúcar e seus derivados. Apesar de tal cultura, à semelhança dos alimentos

vegetais, aparecer de forma inexpressiva na pauta de exportação provincial em 1842-43 (0,11% das exportações), mediante o inquérito de 1854 nota-se a larga presença de engenhos de açúcar e aguardente espalhados por Minas Gerais. Em 33 municípios recenseados existiam 3.296 engenhos, dos quais 2.401 (72,8%) estavam voltados para a fabricação de aguardente e os restantes 28,2% para a de açúcar e rapadura.

Por outro lado, pelos mesmos inquéritos observa-se a pequena expressão da exploração mineira. Em 1854, apenas 6 municípios (16,6%) declaravam que entre as suas atividades mais importantes encontrava-se a mineração; mesmo ali, a pecuária e a agricultura tinham um papel de destaque. Em 20 municípios, o número de engenhos de beneficiamento aurífero era de 88 e o de fábricas de ferro, 59.

Através desses números percebe-se que, por trás das exportações de gado (e seus derivados) e secundariamente de café e fumo, existiam uma expressiva divisão social do trabalho e um forte comércio provincial. Tal suposição é referendada quando consideramos que, em 1854, existiam, em 26 municípios, 2.766 estabelecimentos comerciais, o que significa um estabelecimento para cada 234 habitantes (inclusive escravos) dessas localidades. Alguns municípios consistiam em centros comerciais inter e/ou intraprovinciais, como por exemplo Ouro Preto, São João d'El Rei e Diamantina. Outros, como Januária, Bonfim e Oliveira, declaravam que produziam e exportavam alimentos, açúcar e aguardente para o comércio intraprovincial, ainda alimentado pela produção de panos de algodão (como vimos, esse também era um dos itens de exportação de Minas Gerais). Aliás, uma das queixas frequentes dos municípios era a falta de bons caminhos por onde pudessem escoar as suas mercadorias. Por sua vez, a importância das atividades econômicas voltadas para o mercado é reafirmada pelo inquérito de 1878, no qual 70,7% dos municípios recenseados (70,9% da população mineira da época) informa sobre as suas exportações, sendo essas majoritariamente para mercado interno.

Por último, é interessante comparar o ritmo de crescimento demográfico de Minas Gerais (uma província onde a produção para mercado interno era expressiva) com o Rio de Janeiro, província que durante a maior parte do século XIX se constituiria no centro da agroexportação cafeeira. Em 1819, Minas Gerais tinha 631.885 habitantes, enquanto o Rio de Janeiro (juntamente com a Corte) apresentava uma população de 510 mil pessoas e 53 anos depois (1872), essas duas regiões possuíam, respectivamente, 2.039.735 e 1.057.696 habitantes. Ou seja, nesse intervalo a população mineira aumentou em

223% e a fluminense (incluindo a Corte) em apenas 107%. Deve-se sublinhar que, nesses anos, o Rio de Janeiro presenciou a montagem e a expansão de um sistema agrário escravista exportador em uma área de fronteira. Esse dado nos leva a supor que o mesmo ocorrera em Minas Gerais; só que, ali, a nova criação fora de sistemas agrários escravistas ligados ao abastecimento interno.

O definhamento do escravismo

Entre 1830-40 e 1881-85, nos inventários *post-mortem* do Paraíba do Sul, o número de pés de café por alqueire passa de 42,1 para 1.502, e o de escravos por alqueire aumenta de 0,06 para 0,6. Isso significa que, durante o período, os pés de café e os escravos experimentaram um crescimento, respectivamente, de 3.466,7% e 900%. Acompanhando tal ritmo de reprodução verifica-se a valorização *per capita* das fortunas locais. Calculando em libras esterlinas, nota-se que tal valorização foi de 150%. Esses resultados nos levam a crer que estamos diante de um sistema agrário com uma imensa capacidade de se ampliar (reprodução ampliada), e que tal capacidade se traduz no enriquecimento geral de sua população livre, independentemente do lugar que se ocupe na hierarquia social. Entretanto, mediante uma abordagem mais apurada chegamos a conclusões um pouco diferentes. O número de cativos entre 13 a 40 anos (escravos produtivos) para a província do Rio de Janeiro cai em 8,6% entre 1872 e 1886; a queda não foi maior pela ação do tráfico inter e intraprovincial após 1850. Em Paraíba do Sul, os escravos com aquela faixa etária correspondiam a 66,1% em 1835-39 e, 30 anos depois, equivaliam a somente 45,3% da população cativa da região. Algo semelhante é encontrado para os cafezais; ao menos mais de 1/3 dos escravos, na década de 1880, já tinham ultrapassado a idade de 16 anos, passando assim a decair sensivelmente em produção. Por sua vez, o número de hipotecas rurais para toda a província fluminense, entre 1877 e 1882, cresce 19,4%.

Esses últimos números, que fornecem informações sobre as condições materiais de reprodução do sistema, nos apresentam um panorama bem distinto daquele inicialmente exposto. O envelhecimento dos escravos e dos cafezais indica o próprio envelhecimento do sistema agrário e a redução de sua capacidade de reprodução. Cada vez tem-se menos terras e menos homens a incorporar, o que é fatal para uma agricultura extensiva fundada no trabalho escravo.

Dentro desses novos parâmetros, a valorização dos componentes do sistema agrário, antes de indicar uma reprodução ampliada e o enriquecimento de seus lavradores, aponta para a tentativa de sobrevivência de uma forma de produção. Não estamos diante de um

processo de valorização decorrente de expansão econômica, mas sim frente a um processo de "autovalorização" de uma forma de produção que pretende se manter de pé. A redução do número de escravos, por exemplo, fez com que o seu valor mais que duplicasse; e isso ocorreu em detrimento da procura de saídas imediatas para substituí-los — o que significaria romper com as relações de produção existentes.

Deve-se ter claro que esse movimento de resistência de uma dada forma de produção não se limitou ao vale cafeeiro. Minas Gerais, área onde o café era minoritário, continuou até o final do século XIX a concentrar a maior parte da população cativa do país. Campos, região açucareira voltada para o mercado interno, apresentava uma taxa de crescimento de sua população escrava (3,0% ao ano) superior a Vasouras (0,6% ao ano) entre 1872 e 1882; isso significa que Campos absorvia mais escravos do tráfico inter e intraprovincial que as áreas fluminenses do café. Mesmo em regiões mais pobres, afetadas pela perda de escravos, tal fenômeno não foi suficiente para acelerar a transição para o trabalho livre.

Por sua vez, nota-se que o processo de definhamento do sistema agrário é perpassado pelo aguçamento das diferenciações econômicas. Em 1855-60, 7% da população inventariada do Paraíba do Sul concentravam 52,6% das fortunas, e 43,8% dos inventariados 6,5% do monte inventarial e, 25 anos depois, 11% dos recenseados detinham 68,6% da riqueza, enquanto que 50% dos inventariados possuíam apenas 1,6%. Tendo em vista que as bases do sistema agrário nos dois períodos observados são, *grosso modo*, as mesmas, o empobrecimento e a concentração de rendas significam uma redistribuição de escravos, terras e cafezais na passagem de um período para outro. Em 1855-60, aqueles 43,8% dos inventariados detinham 6,5% das terras, 6,6% dos cafezais e 7,5% dos escravos. Em 1880-85, os resultados, para os 50% dos inventários são um pouco diferentes: eles possuem 1,3% das terras, 2,0% dos cafezais e 2,3% dos escravos. No primeiro período, entre os grupos de menor renda, 4% não possuíam cativos. No segundo período, entre aqueles mesmos grupos, 40% não eram proprietários de escravos; além do tráfico interprovincial, essa redistribuição local de cativos parece ter tido um peso fundamental. Por conseguinte, o aceleração das diferenciações socioeconômicas surge como mecanismo de preservação do grupo agrário regionalmente dominante. Tal mecanismo também pode ser encontrado em áreas não-exportadoras. Em Capivari, é entre os estratos sociais mais baixos que achamos as perdas de escravos nos últimos anos da escravidão.

O outro dado se refere à própria noção de pobreza que ainda vigorava. Essa noção, mesmo em época de definhamento regional do

sistema agrário escravista-mercantil, continuava ainda a se mover dentro dos parâmetros desse sistema. Ser pobre significava, entre outras coisas, não ter escravos. Isso, além de significar a preservação de uma forma de produção já moribunda, implicava um lento processo de aparecimento de novas formas de riqueza e de relações de produção. Apesar disso, deve-se sublinhar que, no período tratado, constata-se a conversão de parte das fortunas agrárias em dinheiro e em apólices públicas, o que insinua a diminuição do ritmo dos investimentos tradicionais, talvez enquanto se aguardava uma definição mais clara do que aconteceria às tendências econômicas tradicionais.

Por último, devemos voltar a frisar que estamos lidando com uma agricultura extensiva. Portanto, sua existência, em uma dada região, tem um tempo de certo modo preestabelecido. Esse tipo de agricultura pode continuar a funcionar depois do esgotamento da região onde até então existia, desde que a fronteira agrícola esteja aberta e haja mão-de-obra disponível. É mais ou menos isso que o café encontrará em São Paulo.

Quanto ao vale do Paraíba fluminense, após a saída do café, ele passaria a ter sua paisagem agrária dominada pela pecuária extensiva. Há algumas provas de que, em parte, as famílias dos antigos fazendeiros do vale fluminense teriam emigrado para o novo Oeste paulista. São freqüentes, por exemplo, as queixas do governo provincial do Rio de Janeiro sobre a saída de fazendeiros e capitais fluminenses para as matas paulistas. Contudo, o destino dos antigos senhores de homens do vale do Paraíba fluminense ainda aguarda pesquisas com bases empíricas mais profundas.

Uma questão ainda não devidamente estudada sobre o definhamento da escravidão, diz respeito ao comportamento da elite econômica do império. Não me refiro apenas aos grandes senhores de cativos e de terras do vale do Paraíba do Sul das décadas de 1870 e 1880. Estes, em geral já foram analisados. Como disse anteriormente, nos últimos anos do cativo, observou-se uma tendência de concentração de terras e homens em poucas mãos. Contudo, seria ingenuidade pensar que a elite econômica da época se limitava ao grupo agrário — afinal, há também os grandes financistas, os comerciantes de grosso trato etc. — e, da mesma maneira, nem todas as grandes fortunas se mantiveram presas à cafeicultura escravista.

O que acabei de sugerir talvez fique mais claro através do exemplo de um empresário do vale do Paraíba, o Comendador Manuel de Aguiar Vallim. Esse senhor, ao morrer, em 1878, possuía quatro fazendas, com um total de 650 escravos e uma fortuna estimada em 217.667

libras esterlinas, das quais 2/3 aplicadas em apólices da dívida pública nacional e dos Estados Unidos. Essa composição da riqueza indica que o comendador optara por um investimento que apesar de mais seguro, era menos rentável do que a lavoura escravista em finais da década de 1860, momento em que começara a comprar os títulos do Estado.

Seja qual for o motivo que tenha levado o comendador a essa atitude, o fato é que, ao comprar as apólices, retirou do "mercado produtivo" uma quantia equivalente a 28% do caixa (moeda anual) dos bancos comerciais brasileiros ou, ainda 1% de todo o papel-moeda do Brasil no primeiro trimestre de 1878. E o mais importante, em tal comportamento, é que ele fora acompanhado por outros membros da elite da época. Ou seja, os barões de Nova Friburgo e de Itapetininga, respectivamente com fortuna avaliadas em 774.425 e 715.780 libras esterlinas, estavam investindo em atividades menos arriscadas como a compra de imóveis urbanos e apólices públicas. Assim sendo, observa-se que uma parcela da elite econômica, ao contrário de uma parte expressiva dos grandes fazendeiros do Vale, estava se desvinculando da escravidão. Tal atitude não representava a modernização da economia, mas, antes, reduzia a capacidade de investimentos do país e, com isso contribuía decisivamente para a manutenção de traços das antigas estruturas econômicas. Isto, mesmo após a abolição do cativo.

As novas fronteiras: o novo Oeste paulista e os novos regimes de trabalho na agricultura do Sudeste

A montagem e a expansão da agricultura do café em São Paulo se dá em meio a um tempo de mudança. Temos a abolição do tráfico atlântico de escravos, a implantação do Código Comercial e a Lei de Terras no mesmo ano de 1850, a Lei de Hipotecas em 1864 e, ainda na segunda metade do século XIX, deu-se o crescimento das estradas de ferro e a instauração de um verdadeiro sistema bancário. Em 1888, o trabalho escravo seria abolido. Em nível internacional nota-se a efetivação da hegemonia do capitalismo, com o incremento da concorrência intercapitalista (aparecimento de novas potências industriais, como Alemanha e Estados Unidos) e o início da formação do capital monopolista. Essas modificações no cenário econômico podem nos levar a crer que a montagem e expansão do café paulista, ultrapassada a fase do vale do Paraíba, se faria sob novas condições de produção, no caso, capitalistas. Afinal, a Lei de Terras significou a "transformação" da terra em mercadoria corrente, e a abolição do tráfico colocou sérias restrições à reprodução física das relações escravistas de produção. Era

de se esperar que, nas terras de fronteira do Oeste e principalmente do novo Oeste paulista, a fazenda de café recorresse ao trabalho livre e assalariado. Entretanto, não é isso o que ocorre.

Até meados da década de 1860, o Nordeste detinha aproximadamente a metade da população escrava do Brasil. Em 1872, essa posição é abruptamente modificada, e 50% do estoque de escravos do país passam a se concentrar no Sudeste. Quinze anos depois, as áreas cafeeiras desta última região encerravam mais de 1/3 da população cativa do Brasil. A área que conheceu a maior taxa de entrada de escravos, no período considerado, foi São Paulo.

Esses dados acerca do mercado paulista de escravos (para onde o tráfico interprovincial se dirigia com especial força) vêm demonstrar que a expansão da cafeicultura nesta província se faria reproduzindo em parte, as estruturas antigas da escravidão. Até as vésperas da abolição, os porta-vozes do Oeste paulista no Parlamento e nos ministérios nacionais não abandonaram a defesa do trabalho cativo. Somente a partir de meados da década de 1880 é que os fazendeiros paulistas adotariam em larga escala o trabalho imigrante.

A reflexão anterior nos ajuda a entender a conjuntura e os mecanismos de funcionamento a partir dos quais se deu a intensificação da cultura do café em São Paulo. Antes de mais nada, a postura dos lavradores paulistas diante da escravidão minimiza o seu caráter capitalista-modernizador frente a seu homólogo fluminense, muitas vezes definido como retrógrado. Ambos eram escravistas. Só que o paulista tinha diante de si uma fronteira aberta para a expansão de sua agricultura extensiva, o que já não ocorria no médio vale do Paraíba do Sul.

Por outro lado, há indícios (que precisam ser verificados por pesquisas de base) de que o aprofundamento da cafeicultura no Oeste paulista (1880-1910), *grosso modo*, viria a repetir antigos esquemas já vistos na montagem da agroexportação escravista no vale do Paraíba da primeira metade do século XIX. Naquelas novas terras encontramos agentes similares aos antigos comerciantes de grosso trato. Assim como os primeiros grandes fazendeiros do Rio de Janeiro, os maiores de São Paulo eram homens de negócios (os seus descendentes) cuja acumulação, que resultara em fazendas, procedia de diversos segmentos do mercado ainda restrito, marcado por práticas monopolistas e especulativas. Nota-se, mais uma vez, a transformação do capital mercantil em produção e a interação de negócios ligados ao abastecimento interno com os voltados para as exportações. Esses fazendeiros paulistas dirigiam importantes sociedades bancárias, ferrovias e casas comissárias de café. Infelizmente, faltam estudos de história empresarial com fundamento empírico suficiente, o que nos impede de continuar

essa linha de raciocínio. Em função disso, e para não deixar dúvidas, com o que dissemos, não pretendemos afirmar que as condições econômicas do final do século fossem as do início; contudo, é indiscutível a permanência de certos traços estruturais ao longo do período. Por outro lado, parecem existir indícios que apontam para a permanência de um movimento circular de reprodução (capital mercantil-produção), no qual o eixo era representado pela acumulação mercantil.

Seja como for, o ritmo de reprodução do sistema agrário que dava vida ao café em terras paulistas pode ser medido pela ampliação das plantações e multiplicação dos municípios cafeeiros. Em 1880, existiam 106 milhões de pés de café; nove anos depois, 220 milhões e, no final do século, 520 milhões. Na última década do século XIX foram criados 41 novos municípios, a maioria deles nas regiões de povoamento recente. A crise de superprodução na virada da centúria iria paralisar momentaneamente a expansão de tal agricultura, mas já na década de 1910 ela voltaria a se expandir, como é demonstrado pela formação de 32 municípios entre 1910 e 1919. A reprodução das hierarquias sociais nessas áreas pode ser demonstrada pela concentração da produção de café no município de Rio Claro, onde, em 1905, 8,1% dos produtores concentravam 49,0% da produção, enquanto 55,7 detinham somente 6,2 %.

Em tais frentes pioneiras, a substituição do trabalho escravo, seria feita principalmente pelo dos europeus. Entre 1887 e 1900, o território paulista receberia 863 mil imigrantes, ou seja, 29,7% do total das entradas do período 1827-1936. Mais de 60% desses imigrantes, nas duas últimas décadas do século XIX, eram italianos (particularmente do norte da Itália). Na década de 1890, mais de 90% desse fluxo eram subsidiados pelo governo paulista. Esses imigrantes seriam inseridos em relações de produção que dificilmente poderiam ser denominadas capitalistas. Eles não estavam totalmente afastados dos meios de produção, e não vendiam sua força de trabalho recebendo, em troca, um salário com o qual retirassem integralmente seus meios de subsistência do mercado. Esses trabalhadores tinham como principal remuneração a possibilidade de cultivar, em um lote de terra, produtos que poderiam consumir ou vender. É desta produção de mantimentos que tais trabalhadores imigrantes retiravam a sua subsistência; a outra parte da remuneração era composta por dinheiro. Tais traços conferem a essas relações de produção um caráter não-capita-lista. Esse regime de trabalho seria conhecido pela historiografia como *colonato* e vigoraria, com algumas variações, até a primeira metade do século XX.

A organização do trabalho livre em regime de *plantation*, fora de São Paulo, não seria acompanhada pela imigração em larga escala de europeus. Nas antigas áreas de café fluminense, por exemplo, tal transição implicou o uso de trabalhadores nacionais livres desde antes de 1888. Nessas áreas, as novas relações de produção assumiriam a forma da parceria, em que o trabalhador direto recebia uma faixa de terra da qual retirava sua subsistência básica (agricultura de alimentos) e, em contrapartida, dividia a colheita do café com o proprietário da terra. No momento da safra, a parceria era complementada por trabalhadores sazonais assalariados. Não é necessário dizer que esses tipos de relações de produção só foram factíveis devido ao controle efetivo dos fazendeiros sobre as terras. Tal reforço da concentração fundiária é válido tanto para a vigência da parceria como para o colonato paulista. Ambos, pelo menos em tese, pressupõem que a terra se tenha tornado efetivamente "cativa". Há certos indícios, para áreas do Rio de Janeiro, de que a antiga prática de ceder terras a lavradores, sem cobrar em troca uma renda fundiária, desaparecera progressivamente com a proximidade do término da escravidão.

Contrastando um pouco com o tipo de raciocínio anteriormente apresentado, pesquisas mais recentes têm procurado apreender a transição do trabalho escravo para o livre, no Rio de Janeiro, sob a ótica da "negociação". Isto é, se os antigos senhores tinham o controle sobre a terra, em contrapartida viviam uma situação de escassez de mão-de-obra. É comum encontrar na imprensa fluminense notícias, na virada da década de 1880 para a de 1890, sobre a falta de trabalhadores nas *plantations*. No município de Paraíba do Sul, no período analisado, a diminuição dos habitantes fora da ordem de 11,7% e, na população economicamente ativa, a redução ultrapassa os 20%. Acompanhando essa tendência, observa-se o crescimento das migrações da população negra e parda para as áreas de fronteira aberta do agro fluminense, regiões onde o acesso à terra era mais fácil.

E tendo em conta tais condições que os ex-escravos teriam partido para a "negociação" com os seus antigos senhores. Para o liberto interessava, pelo menos, a manutenção de seu grupo familiar e o acesso à terra. Ao longo da escravidão, ele sedimentara fortes laços de parentesco. Em Paraíba do Sul, por exemplo, na década de 1870, calcula-se que 56,3% da população em cativeiro estava ligada por vínculos de família, número esse que podia alcançar 2/3 nas grandes fazendas da região. A partir daí, o liberto encara a sua inserção no processo de produção do pós-1888. Da mesma maneira, no decorrer do cativeiro, ele aprendera a entender liberdade como a possibilidade de

ter certa independência no mundo do trabalho, o que lhe seria facultado pelo tipo de relação que mantivesse com a terra. Nesse sentido, compreende-se a sua resistência ao assalariamento e ao *trabalho em turmas* (regime aplicado na fazenda escravista), ambos vistos com simpatia pelos antigos senhores.

É em meio a esse "confronto" que teria surgido a parceria. Ela permite, baseada nas *meias* e no trabalho familiar, a transformação do ex-escravo, nesses tempos de transição, em pequeno produtor.

Por outro lado, assim como o colonato, a parceria também consiste em uma relação não-capitalista. Uma relação não totalmente regulada pelo mercado, onde o ingrediente de relações de poder estava fortemente presente. As duas formas de organização do trabalho encerram um certo componente camponês; isso é, a base de ambas era o trabalho familiar e parte de seu produto (aquele desenvolvido nos "lotes de subsistência", pelo menos) era de sua propriedade, podendo ser comercializado. Essa base familiar permitia ao fazendeiro o uso de uma mão-de-obra não-remunerada (mulheres, crianças). Por último, os traços dessas relações demonstram que elas foram organizadas em um ambiente de frágil circulação de mercadorias e de moedas, ou seja, em um mercado restrito que se erguia sobre uma divisão social do trabalho ainda pouco desenvolvida.

Ao mesmo tempo, a formação dessas relações de produção se dá em um ambiente caracterizado pelo surgimento da República (1889), com seu sistema federalista e suas oligarquias locais. Essa mudança política implicaria o maior acesso dos interesses regionais e de classe ao centro do poder. A elite republicana, ao contrário daquela que viveu a formação do Estado Imperial, seria mais representativa. Contudo, essas modificações não significam que o Estado Republicano tenha se tornado mais democrático. Ao invés disso, as classes subalternas continuavam destituídas de parte substancial de seus direitos de cidadania. No campo, essa situação se traduziria no fortalecimento do mandonismo local (coronelismo), o que só reforçava os aspectos não-econômicos presentes nas novas relações de produção.

Retornando ao Rio de Janeiro, deve-se ter cuidado com as generalizações a respeito da decadência do café. Esse foi um fenômeno regional, circunscrito a algumas áreas, não sendo, portanto, algo geral que abrangesse toda a antiga província fluminense. Sabe-se, por exemplo, que a queda demográfica experimentada nas antigas áreas cafeeiras fora acompanhada pelo crescimento populacional de outros municípios fluminenses, que teriam recebido contingentes humanos daqueles primeiros. Esses últimos municípios seriam regiões onde o

café, no século XIX escravista, não teria "dado certo", tendo desde cedo se voltado para a produção de alimentos; tal é o caso de Capivari e Rio Bonito. Outras áreas, como Campos (produção de açúcar para o mercado interno) em finais do século, passariam por uma fase de modernização (usinas de açúcar) e conseguiriam resolver o problema da mão-de-obra. De qualquer forma, a antiga província do Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX, espera ainda a multiplicação de pesquisas de base.

A abordagem que fazemos tem o mérito de apreender a formação do regime de trabalho, no campo fluminense, como resultado da dinâmica de diferentes grupos sociais e não apenas como a imposição da vontade dos ex-senhores.

A mesma precariedade de estudos é encontrada em outras regiões do Sudeste. Esse é o caso particular de Minas Gerais. As informações disponíveis sobre sua zona cafeeira (Zona da Mata mineira) sublinham o fechamento da fronteira em 1890 e sua subordinação ao capital comercial do Rio de Janeiro, como elementos que restringiam a capacidade de reprodução dessa agricultura. Em termos de mão-de-obra, parece que aqui, à semelhança dos cafeicultores fluminenses, adota-se o trabalhador nacional sob o regime da parceria e do assalariamento temporário. Quanto às áreas não-exportadoras, que concentravam no passado o grosso da população escrava da província, ainda se aguarda a realização de pesquisas.

Uma outra região do Sudeste é o Espírito Santo. Em meados do século passado, parte dessa província fora ocupada por fazendeiros de café, com seus escravos, vindos do Rio de Janeiro (deslocamento da fronteira). No pós-abolição, as relações de produção se organizariam em torno da parceria e de um esquema que conjugava a pequena produção (colonos europeus) com o controle, por parte de empresários maiores, do beneficiamento e da comercialização do café.

A GRANDE PROPRIEDADE E O CAMPONÊS LIVRE NO NORDESTE: UMA OUTRA TRANSIÇÃO

Entre 1850 e 1900, os preços do açúcar no mercado internacional caem a uma taxa anual de 1%. A isso se acrescenta a perda pelo açúcar brasileiro de certos mercados, antes seus tradicionais compradores. Essa tendência negativa afetaria particularmente as tradicionais regiões exportadoras do Nordeste do país.

No decorrer do século XIX, a posição do Brasil no mercado internacional de açúcar seria continuamente alterada. Inicialmente, temos o crescimento do açúcar de beterraba europeu. Surgido para

suprir a falta de cana colonial resultante do bloqueio continental de Napoleão, o açúcar de beterraba progressivamente conquistaria o mercado europeu, no que seria ajudado pelas medidas protecionistas adotadas pelos países produtores. Ao redor dos anos de 1840, os produtores de açúcar de cana detinham 90% do mercado mundial; em princípios do século XX, estavam reduzidos a apenas 50%. É desnecessário dizer que tal movimento fora acompanhado pelo declínio do preço daquela mercadoria.

Excluído do mercado continental europeu, o Brasil passaria a vender a maior parte de seu açúcar à Inglaterra. A Lei do Açúcar de 1846 (*Sugar Act*), ao reduzir as tarifas sobre o açúcar bruto, beneficiaria as vendas brasileiras. Por volta de 1870-74, a Grã-Bretanha absorvia 76,3% das exportações de açúcar do Brasil. Contudo, a chegada da beterraba ao mercado inglês, ainda na década de 1870, seria fatal, e entre 1890 e 1894 apenas 12,6% das exportações brasileiras de açúcar se dirigiriam à Grã-Bretanha.

Com a perda do mercado inglês, o açúcar brasileiro se encaminharia principalmente para os Estados Unidos, que em 1885-89 já compravam 63,1% daquelas exportações. Entretanto, o envolvimento norte-americano na guerra da independência de Cuba tenderia a modificar tal quadro, a partir da anexação por parte dos Estados Unidos, de Porto Rico e do Havaí, ambos produtores de açúcar. Posteriormente, em 1903, a assinatura entre Washington e Havana de um tratado comercial de reciprocidade colocaria em segundo plano o tratado homólogo assinado com o Brasil em 1891. Assim sendo, na virada do século o açúcar brasileiro se veria preterido também no mercado norte-americano.

Por último, essas perdas para o açúcar nordestino não puderam ser compensadas pelas exportações aos países latino-americanos, nem por vendas ao mercado do Sudeste brasileiro. No primeiro caso, países como México, Argentina e Peru possuíam a sua própria indústria açucareira. Com respeito ao Sudeste brasileiro, tal mercado era retido pelos produtores locais de açúcar (a exemplo de Campos, Minas Gerais e São Paulo).

Pelo quadro aqui delineado, era de se esperar que a agroexportação canavieira nordestina entrasse em declínio. Entretanto, contrariando tal previsão, não é isso que se observa. Entre 1850 e 1910, as exportações açucareiras do Brasil crescem a uma taxa positiva anual de 0,27%. Ao longo do século XIX, o número de plantações de cana em Pernambuco aumenta de 500 para mais de dois mil. O número de engenhos pernambucanos, de 1850 a 1880, passa de 1.300 para 1.650, o que significa um acréscimo de 27%.

Esses números são indicadores de que a agricultura canavieira, no período abordado, passava por um movimento de reprodução ampliada. Movimento esse que, como acabamos de ver, se deu em conjunturas de mercado internacional prejudiciais ao açúcar brasileiro. Em outras palavras, a agricultura canavieira de exportação, ao crescer em meio às flutuações internacionais desfavoráveis, nos aponta para um fenômeno de dissincronia entre essas flutuações e as vividas no interior daquela agricultura. Tal fenômeno, portanto, põe em dúvida as teses que enfatizam a estrita dependência da agricultura tratada com relação às flutuações externas. Apesar de se poder argumentar que a possibilidade do crescimento da produção canavieira nordestina esteve ligada ao aumento demográfico registrado nos países consumidores (Estados Unidos e Europa), o que em certa medida compensaria a perda da posição do Brasil nesses mercados externos, parece-nos que a possibilidade da economia canavieira resistir e se ampliar em meio a tendências declinantes de preços está vinculada também a outro conjunto de elementos. Referimo-nos às próprias condições econômico-sociais internas em que a agricultura considerada se reproduzia. Parece-nos que é, em parte, nestas condições internas, ou melhor, na forma social de produção em que se fazia o açúcar (na sua forma de extorsão de sobretrabalho), que devemos procurar a explicação para o comportamento da agricultura canavieira nordestina na época apreendida. Outrossim, o estudo dessas condições internas torna-se mais substantivo na medida em que é na segunda metade do século XIX que se verifica a passagem do trabalho escravo para o trabalho juridicamente livre e, simultaneamente, a modernização da indústria açucareira (engenhos centrais e usinas).

As províncias nordestinas, até a década de 1860, concentravam mais ou menos 50% da população cativa do país, o que significa dizer que possuíam uma soma de escravos superior à do conjunto provincial que representado pelo Sudeste. Calcula-se que, entre 1839 e 1850, Pernambuco teria importado anualmente 1.100 escravos e, em alguns anos, três mil. Através desses dados é possível perceber a resistência da instituição escravista em algumas áreas do Nordeste. Todavia, como nas demais províncias brasileiras, a abolição do tráfico internacional de cativos em 1850 iria abalar a capacidade de reposição desta mão-de-obra no Nordeste; para verificar isso, basta recordar que em Pernambuco, segundo o censo provincial de 1842, 54% de sua população cativa era africana.

No caso das províncias nordestinas, os limites para a reposição da mão-de-obra escrava não seriam dados apenas pela abolição do tráfico

internacional e pela inexistência de uma política de reprodução endógena dos cativos. Além desses fatores, essas províncias possuíam um poder econômico inferior àquelas do Sudeste, cuja situação favorável de seus produtos lhes dava uma maior capacidade de concorrência e de compra no mercado interno de cativos. Em outras palavras, a "rentabilidade" da economia do Sudeste permitiu que os cafeicultores, entre outros senhores do Centro-Sul, suplantassem os senhores de engenho nordestinos no que diz respeito à posse de escravos. Um dos resultados desse processo fora a exportação de cativos do Nordeste para o Sul.

Esse tráfico interprovincial nutria-se, em parte, dos escravos vendidos por cultivadores endividados. Cabe aqui lembrar que a propriedade escrava nas regiões canavieiras, como o Recôncavo Baiano, não se encontrava necessariamente concentrada nas mãos dos grandes senhores de engenho, havendo indícios de que ela se achava distribuída entre diferentes grupos sociais; em Jaboatão (município canavieiro de Pernambuco) por exemplo, em 1842, 30% dos escravos estavam em mãos de lavradores sem terras. A presença da propriedade servil, antes da abolição do tráfico internacional, entre diversas categorias sociais do Nordeste, provavelmente agilizava o mercado interno de cativos, já que, nessas condições, tal mercado seria alimentado pelos processos de diferenciação social e de empobrecimento que, recorrentemente, abatia-se sobre os grupos sociais menos abastados, obrigando-os a se desfazerem de seus bens, entre eles os escravos. Seja como for, o fato é que se calcula que, de 1850 a 1880, saíram anualmente 760 escravos de Pernambuco. Se a essas cifras do comércio legal juntamos aquelas das saídas ilegais, sem o devido pagamento de impostos, a exportação anual de cativos pode subir para mil ou 1.500 "peças". Na década de 1870, em função das severas secas nordestinas, o tráfico interprovincial chegou ao seu auge e, em 1887, o conjunto das províncias nordestinas possuía apenas 28% da população escrava do país.

Essas informações, contudo, não devem dar uma imagem distorcida sobre os últimos anos da escravidão nas regiões do Nordeste. No final da década de 1850 são ainda freqüentes as denúncias dos cônsules ingleses a respeito do contrabando de centenas de africanos para o sul de Pernambuco e Alagoas. Em 1878, os fazendeiros se reuniram no congresso agrícola de Recife para debater, entre outros problemas, a falta de mão-de-obra e condenar a aceleração do ritmo emancipacionista. Seis anos depois, os fazendeiros antiabolucionistas voltariam a se reunir em Recife, agora para sublinhar principalmente o problema da mão-de-obra e o perigo de uma imediata abolição (nesse congresso se condenava ainda o Ceará, pela abolição da escravidão ali feita em 1884).

Por outro lado, é necessário lembrar que, dos 21 mil escravos alforriados entre 1885 e 1888 em Pernambuco, cerca de 40% ficaram obrigados a continuar trabalhando para os seus antigos donos por um prazo de dois a três anos, ou a pagar a esses últimos a soma correspondente a seu valor.

Por sua vez, o tráfico interprovincial e a abolição da escravidão não levariam à desarticulação da agricultura açucareira nordestina, como já pode ser inferido do crescimento, antes mencionado, dessa mesma agricultura. Em meados do século XIX, calcula-se que o número de escravos superava o de trabalhadores livres nas plantações de açúcar em uma proporção de 3 para 1. Contudo, a realidade retratada pelo censo de 1872 já era sensivelmente diferente. Segundo esse censo, em Pernambuco, o número de homens livres ultrapassa o de escravos em todos os tipos de ocupação; para cada escravo, entre os trabalhadores sem profissão definida, existiam quatro livres; entre os lavradores, criados e jornaleiros, aquela relação era de um escravo para cinco livres. Para o entendimento dessa passagem do trabalho escravo para o juridicamente livre é necessário se ter em mente algumas das circunstâncias nas quais ela se processa. Isto é, o avanço do trabalho livre se dá em condições em que: a) não se verifica um fluxo imigratório, ao contrário do que ocorrera em São Paulo: no Nordeste não há uma política consistente de importação de trabalhadores estrangeiros; b) nota-se a saída de mão-de-obra na forma do tráfico interprovincial; c) não há uma mudança no padrão tecnológico da lavoura, de maneira a não reduzir o número de trabalhadores, e a agricultura continua se reproduzindo extensivamente, através da incorporação de mais terras e mais homens.

O quadro aqui traçado nos leva, em um primeiro momento, a considerar o peso da demografia nordestina, de suas taxas de crescimento. Em 1872, a população do conjunto dessas províncias representava 46,7% do contingente demográfico do país, correspondendo assim à região mais populosa do Brasil. Entre 1819 e 1872, essas províncias tiveram um aumento demográfico da ordem de 171,5%, crescimento esse que, mesmo inferior em ritmo ao do Sudeste (que fora de 176,1%), é mais significativo sob certos aspectos. O Sudeste, no século XIX, apresentava ainda várias áreas de fronteira aberta, beneficiando-se assim de fluxos migratórios, o que não ocorria necessariamente com o Nordeste. Desse modo, as taxas de crescimento da demografia nordestina nos apontam para a presença de uma mão-de-obra possível para substituir a escrava. Isto é, em termos demográficos era factível substituir-se o trabalho escravo pelo juridicamente livre,

contando-se com os recursos populacionais internos, sem se recorrer à imigração. Entretanto, se tivermos em conta o tipo de relação social de produção que irá substituir a mão-de-obra cativa, ou melhor, se considerarmos que essas novas relações não iriam implicar uma mudança das estruturas econômicas e sociais estabelecidas no período escravista, devemos ir além do peso da demografia nordestina como fator, para sublinhar o peso daquelas estruturas e dos mecanismos que permitiram a sua sobrevivência para além do trabalho escravo.

Um dos elementos dessas antigas estruturas econômicas e sociais do Nordeste açucareiro, que perpassa a crise do trabalho escravo e que informa de maneira decisiva a “nova” organização das relações sociais de produção, é o controle efetivo dos senhores de engenhos sobre a terra. No decênio de 1850, no município pernambucano de Escada, dos 84 engenhos registrados, 15% possuíam 70% de todas as terras recenseadas. Essa concentração das terras tenderia a se acentuar até 1880; na década de 1850, o tamanho médio das propriedades produtoras de alimentos não chegava a 350 hectares, e 30 anos depois não alcançava 166 hectares. Nesse município, oito famílias ligadas entre si conformavam a oligarquia fundiária local. Resultados semelhantes podem ser encontrados para outros municípios açucareiros: em Sirinhaém, quatro famílias produziam 37% do açúcar de um grupo de 73 engenhos; em Nazaré, seis famílias controlavam 57,4% de toda a produção de açúcar da região. Essas mesmas famílias detinham o controle sobre a vida política de suas localidades. O controle das terras permitiria a esses senhores o domínio sobre a mão-de-obra e sobre a política, viabilizando uma transição segundo os seus interesses.

Ainda no contexto da transição do trabalho escravo para o juridicamente livre, devem-se recordar dois fenômenos. O primeiro liga-se ao destino do ex-escravo. Apesar de existirem dados sobre a evasão dos ex-cativos das zonas canavieiras, há outros que apontam para a inexistência de uma emigração em massa. Isso significa que a abolição não representou uma perda substancial de mão-de-obra pelos antigos senhores. O segundo fenômeno refere-se às transformações no sertão na segunda metade do século XIX. Nesta região, pelo menos em algumas áreas, verifica-se a expansão ou consolidação da propriedade fundiária pecuarista. O resultado de tal processo seria a expropriação de antigos camponeses ligados à agricultura de alimentos e a consequente migração de segmentos desse grupo para outras áreas, inclusive para a zona da mata canavieira.

Vejamos agora como se organizava o trabalho juridicamente livre no interior dos engenhos. É importante frisar que traços das formas de

trabalho livre que irão substituir a cativa já existiam antes da abolição. Um dos sistemas mais antigos, e que abarcava o maior contingente de trabalhadores livres presentes nos engenhos, era o de *morador-agregado*. Por esse sistema, o trabalhador (morador) recebia um lote de terra, do qual retirava a maior parte de sua subsistência (roças de alimentos) e, em troca, prestava ao senhor uma série de obrigações, entre elas a de trabalhar para o engenho. Existiam dois tipos de moradores: o condiceiro e o foreiro. O primeiro devia trabalhar para o proprietário dois ou três dias por semana; caso trabalhasse mais, recebia uma remuneração monetária. O segundo tipo de morador, o foreiro, devia fornecer o cambão, ou seja, 20 ou 30 dias de trabalho gratuito por ano ao senhor. Ao mesmo tempo, por receber uma parcela de terra superior ao do condiceiro, o foreiro tinha de pagar um foro ao proprietário. Além dessas formas de trabalho gratuito, havia o corte da tarefa, o trato de uma área de 625 braças que o morador recebia, para trabalhar.

Nota-se, assim, que esse tipo de relação não-capitalista de produção personificada no morador, a exemplo daquelas instaladas nas *plantations* do Sudeste, não era inteiramente mediatizado pelo mercado e possuía um elemento camponês. Sua base era o trabalho familiar que — através das roças de subsistência — garantia a reprodução da força de trabalho a ser utilizada pelo senhor, fato esse que se traduzia na redução das despesas para esse último.

O segundo maior contingente de trabalhadores livres utilizados no engenho era constituído pelos assalariados e diaristas. A maior parte desses se compunha de trabalhadores não qualificados e sazonais, empregados nos momentos de auge da produção açucareira, a exemplo das épocas de colheita de cana. Os salários reais de tal grupo, na década de 1860 e primeiros anos da década seguinte — em função da procura de mão-de-obra desencadeada pela produção de algodão e da construção de estradas de ferro —, puderam subir. Contudo, no final dos anos de 1870, verificar-se-ia o movimento inverso, ou seja, o declínio dos níveis salariais em razão das secas que expulsaram muitos dos habitantes do sertão para a Zona da Mata (área açucareira). Em algumas das colheitas do decênio de 1890, os engenhos chegaram a registrar que 45% de sua mão-de-obra era composta por migrantes sazonais vindos do sertão. Entre os assalariados, apenas os trabalhadores qualificados e os ligados a serviços administrativos ou técnicos é que se encontravam em uma situação salarial mais privilegiada.

A “parceria” (e/ou arrendamento) se constituía em um outro sistema de trabalho de homens livres empregados no processo produtivo do açúcar. O lavrador (rendeiro, parceiro) recebia um lote de terras

para cultivar cana e alimentos. Cabia ao lavrador cultivar, colher e transportar a cana para o engenho do proprietário de terra. Feito isto, o dono da terra retinha a metade da safra de cana (ou de açúcar) e também a metade de todo melaço, aguardente e produtos residuais da cana-de-açúcar. Esse tipo de relação permitia ao senhor compartilhar com o lavrador os custos e os riscos provenientes da produção do açúcar; no período escravista tal relação possibilitava ao proprietário da terra reduzir o seu próprio contingente de escravos, já que ele se valia, indiretamente, daqueles sob o domínio dos lavradores.

Assim sendo, percebe-se que, além de assalariados com baixa remuneração, o trabalho escravo fora substituído por outras formas não-capitalistas de relações de produção. Essas relações — ao implicarem um baixo nível de monetarização e o uso gratuito, em alguns casos, do trabalho familiar — permitiram aos senhores de engenhos a redução de seus custos. Provavelmente são as características ora apontadas, ou melhor, os traços das formas de extorsão de sobretrabalho, que permitiriam certa resistência da agricultura canavieira frente às flutuações econômicas do mercado internacional, sobretudo as quedas dos preços do açúcar. Por outro lado, tais relações de produção garantiriam a reiteração de elementos da estrutura econômico-social preexistente à abolição, como por exemplo a hierarquia social, com o seu elevado grau de diferenciação e concentração de riquezas.

A semelhança da mudança do regime de trabalho, a modernização da indústria açucareira não levaria a transformações substantivas nas estruturas tradicionais da sociedade nordestina. Ao tratarmos das mudanças no processo industrial do açúcar, antes de mais nada é necessário sublinhar o ritmo lento delas. Segundo o inquérito realizado para Pernambuco em 1854, 80% dos engenhos dependiam da tração animal, 19% da energia hidráulica e apenas 1% empregava o vapor. Ao redor de 1871, somente 6% dos engenhos que transportavam o seu açúcar pela *Recife and San Francisco Railway* recorriam à energia a vapor. Contrastando com esse quadro, Cuba, já na década de 1860, apresentava 70% de seus engenhos movidos a vapor. Só em 1914 é que 1/3 dos engenhos nordestinos funcionaria com tal energia. Entre os fatores que explicam tal atraso tecnológico encontramos a combinação de terras e trabalho baratos, associada à lenta acumulação de ganhos do engenho tradicional. A taxa de lucros média era de aproximadamente 9% ao ano, enquanto os juros ficavam ao redor de 10 a 12% ao ano, o que evidentemente dificultava grandes investimentos na aquisição de maquinaria moderna.

Apesar de tais fatores, na década de 1870 observa-se que um grupo grande de senhores de engenho inicia a modernização de seus

estabelecimentos. Mais tarde, particularmente nas décadas de 1880 e 1890, o Estado começa de fato a fornecer subsídios para aqueles que pretendiam modernizar a indústria do açúcar. Neste processo, ao que parece, a presença do capital internacional foi pouco expressiva e as desvantagens comparativas do Brasil no mercado internacional (frente a Cuba, por exemplo) contribuíram para isso. Por outro lado, as experiências de empresas estrangeiras (como as inglesas *Central Sugar Factories of Brazil* e a *North Brazilian Sugar Factories*), pelo menos em Pernambuco, não foram das mais felizes; tais empresas apresentaram grandes déficits e, portanto, um curto tempo de vida.

A modernização da produção do açúcar, primeiramente com os engenhos centrais e depois com as usinas, seria o resultado de empreendimentos de empresários saídos, alguns, da oligarquia canavieira, subsidiados por auxílios governamentais. Em 1880 e 1889, além das verbas destinadas pelos governos provinciais, os engenhos centrais do Nordeste receberam mais de 70% dos subsídios imperiais (governo central) destinados a esse fim em âmbito nacional.

Apesar desse auxílio, porém, o projeto de instalação de engenhos centrais não vingou. Uma das razões está na própria natureza desse tipo de engenho. Ao contrário do engenho tradicional, o central supõe, essencialmente, uma divisão de trabalho em que a plantação da cana aparece dissociada de sua transformação em açúcar. Ou seja, os agricultores de cana, ao invés de beneficiá-la eles próprios, a remetem para o engenho central da região. Assim sendo, o engenho central, sendo fundamentalmente uma “fábrica”, não possuía, em princípio, as suas próprias plantações, o que o colocava em estrita dependência em relação aos plantadores de cana, que deviam fornecer a matéria-prima básica e, por sua vez, não deixavam de possuir os seus próprios engenhos tradicionais; conseqüentemente, só forneciam a cana para o engenho central quando os preços oferecidos por esse compensavam. Por conseguinte, o engenho central não possuía um fornecimento garantido de cana, ficando ao sabor das flutuações do mercado dessa matéria-prima.

O mesmo não ocorreria com a usina. Apesar de também depender da provisão de cana vendida pelos plantadores, a usina possuía a sua própria lavoura, o que reduzia tal dependência, minimizada ainda pela tendência dos usineiros a adquirirem novas plantações, aumentando assim a sua autonomia. Da mesma maneira que ocorreria com os engenhos centrais, as usinas contaram com forte apoio do Estado, e dos 62 engenhos centrais e usinas montados em Pernambuco até 1910, pelo menos 2/3 contaram com algum tipo de subsídio governamental.

Concluindo, da mesma forma que a lenta modernização na indústria do açúcar não implicaria o abandono das técnicas agrícolas tradicionais, ela não resultaria também em alterações de peso na estrutura econômico-social do agro nordestino. Pelo contrário, em função mesmo do avanço das usinas sobre as terras de antigos senhores de engenho (com a sua transformação em arrendatários e fornecedores de cana), aquela estrutura econômica tendeu a ser mais concentradora de riquezas. Por outro lado, na virada do século XIX para o XX, o açúcar, na sua fase agrícola, continuava a ser elaborado majoritariamente no contexto de relações não-capitalistas de produção e por trabalhadores sazonais, que significavam baixos custos de produção para os donos da terra. Assim sendo, a modernização nordestina (usinas e regime de trabalho livre), ao reiterar traços de antigas estruturas, torna-se conservadora.

O SUL E O CENTRO-OESTE: A "PERIFERIA DA PERIFERIA"

Estâncias e charqueadas: a produção para o mercado interno

As províncias do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) constituíam parte daquilo que os cientistas sociais costumavam classificar como "periferia da periferia". Isso é, se a economia escravista-exportadora brasileira girava em torno do mercado internacional — no qual prevalecia a hegemonia, no século XIX, do modo de produção capitalista —, por sua vez as produções do Sul apareciam como integrantes da periferia daquela economia exportadora. Na verdade, a economia do Sul estava voltada para o mercado interno (fugindo assim, de certo modo, ao modelo exportador brasileiro), abastecendo em particular as áreas escravistas do Sudeste. Constituídas por um mosaico de formas não-capitalistas de produção (escravos, peões e camponeses), as produções do Sul faziam parte do pano de fundo da agroexportação do século XIX. Pois, se é certo que a *plantation* escravista não era auto-suficiente e, portanto, se reproduzia no mercado, igualmente é verdade que parte desse mercado era abastecido e constituído por formas não-capitalistas de produção, o que dava àquela *plantation* certa resistência e autonomia frente às flutuações de preços do mercado internacional. Uma hipótese ainda a ser verificada é que tais formas de produção não-capitalistas redefiniam as relações de *plantation* com o mercado externo. A seguir procuramos apresentar alguns traços dessas produções do Sul.

No século XVIII, o Sul aparecia como área abastecedora de gado às regiões mineradoras de Minas Gerais. *Pari passu* à recorrência desse fluxo mercantil — que irá deter um dos traços básicos da economia do

Sul, ou seja, a vinculação ao mercado interno escravista —, a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul ia se constituindo. Por volta dos anos de 1730, tropeiros e militares receberiam terras da coroa, iniciando com isso a caracterização da propriedade da terra e do gado, com o surgimento das estâncias. Deve-se lembrar aqui que o caráter extra-econômico da concentração de terras (na forma das estâncias) no Sul foi reforçado pelo fato de que aquelas doações do Estado respondiam também a interesses político-militares, devido à proximidade com a região platina (domínio espanhol).

A estância se constituía na posse de gado e de largas extensões de terras. O traço pré-capitalista dessa unidade é percebido em suas relações de produção, que apesar de se fundamentarem no trabalho livre (peão/gaúcho), não eram assalariadas. O peão, indivíduo desprovido da propriedade da terra, eventualmente podia receber pagamentos monetários; entretanto a sua remuneração básica se fazia em forma de casa, comida e o direito ao uso de um lote de terra, caso possuísse família. Por outro lado, a estância se reproduzia de maneira extensiva, incorporando mais gado e terras, com baixos recursos técnicos. Essa forma de reprodução, associada ao caráter não-capitalista das relações de produção, assegurava à estância reduzidos custos monetários de produção.

Em finais do século XVIII, à pecuária gaúcha se juntaria a produção industrial do charque, alimento fundamental na dieta dos escravos. O desenvolvimento desta indústria no Sul parece estar ligado às secas ocorridas no Ceará (província nordestina), um dos principais produtores daquela mercadoria. No decorrer do século XIX, o Rio Grande do Sul apareceria como um dos principais abastecedores de charque para o mercado nacional, em particular do Sudeste. Com o crescimento das charqueadas, verificar-se-ia igualmente a ampliação da população escrava no Rio Grande, já que essa era a mão-de-obra básica daquela indústria. Em 1858, 25,1% da população desta província era escrava. Por outro lado, a consolidação do binômio pecuária-charqueada levaria ao domínio, na vida econômica e política da província, de uma classe de estancieiros e charqueadores.

Ligadas ao mercado interno, as flutuações do preço do charque dependiam, em parte, da demanda desse mercado. E aqui encontramos a concorrência do charque platino e o jogo por parte do mercado consumidor que, se valendo de tal concorrência, buscava reduzir o preço daquela mercadoria fundamental para a reprodução das relações escravistas (em particular as da *plantation* exportadora). No funcionamento desse comércio percebe-se que, através do controle dos preços, o capital mercantil dos centros consumidores se apropriava de parte

dos lucros gerados por tal mercadoria. Assim sendo, o abastecimento do mercado interno escravista — em que se notava a presença de outras formas não-capitalistas de produção — dava margem à formação de acumulações de capital mercantil, essas sim endógenas.

Nesse momento, é importante voltar a sublinhar a ligação orgânica entre a sociedade gaúcha e aquele mercado. As bases da hierarquia social do Sul eram uma pecuária e charqueada mercantis e, desse modo a reprodução daquela hierarquia passava pelo mercado, no caso, prioritariamente, o interno. Apesar disso, há indícios de que, mantendo-se a demanda, a economia gaúcha apresentava certa elasticidade frente à queda de preços do charque. Nos anos de 1855-1865, os preços do charque apresentam uma queda anual de -6,7% e, contudo, as exportações se ampliam a uma taxa de 7,8% ao ano. Talvez a possibilidade dessa assincronia fosse dada pela base não-capitalista da economia gaúcha que, mesmo adquirindo insumos mercantis (como o escravo e o sal), reduzia os seus custos monetários de produção.

A desarticulação da indústria de charque no Sul estaria ligada à incidência de vários fatores. Um deles foi a abolição do tráfico negreiro internacional, que não apenas dificultaria a reposição de cativos no Sul mas também abalaria a demanda do mercado do charque (baseado no consumo escravo). A isso se agrega a própria concorrência da produção platina. Na segunda metade do século XIX, a indústria platina, organizada em bases capitalistas, possuía uma produção que, se comparada à do Rio Grande, apresentava melhor rendimento, maior qualidade (base técnica superior) e preços vantajosos. Tal concorrência foi decisiva para o declínio do charque escravista do Sul. Em 1887, os escravos representavam apenas 0,89% da população do Rio Grande do Sul e neste mesmo ano a saída de charque gaúcho se reduzia a 14,9% do que tinha sido em 1868. Na virada do século, tal indústria passará a se organizar em moldes capitalistas.

Ao lado das atividades pecuaristas, a economia sulista (inclusive de Santa Catarina e Paraná) vivenciaria o desenvolvimento interno de uma agricultura de alimentos. Esse tipo de agricultura ganharia impulso especial, particularmente com os fluxos imigratórios de alemães e italianos. Tal lavoura tinha por base o trabalho familiar, sendo o seu excedente colocado no mercado provincial, podendo chegar aos mercados do Sudeste. Nesse tipo de comércio não era o camponês que se beneficiava em primeiro lugar. O comerciante, agindo nas diferentes fases de comercialização, no transporte e financiamento, podia concentrar em suas mãos uma expressiva acumulação de capital. Seja como for, esses núcleos de colonização aparecem como um contraponto à atividade pecuarista e às relações econômicas e sociais que ela implicava.

A região Centro-Oeste: pecuária extensiva, agricultura de alimentos e formas de trabalho livre não-assalariado

A região Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) possuía em 1872 apenas 2,2 % da população brasileira, apresentando-se, em finais do século XIX, como uma área de fronteira aberta. Outro traço da história dessa região é que nela a transição do trabalho escravo para o livre se daria mesmo antes da abolição do tráfico negreiro internacional. Em 1856, na província de Goiás, os escravos correspondiam a apenas 10% da população; em 1872, o contingente cativo dessa província, somado ao de Mato Grosso, representava somente 7,8% dos habitantes da região.

O declínio da demografia escrava no Centro-Oeste prende-se à crise da atividade mineradora e ao definhamento econômico que se abate sobre a região em finais do século XVIII. Por sua vez, a transição para o trabalho livre (no século XIX) se faz acompanhar pelo avanço da agricultura de alimentos, da agropecuária e, particularmente, de uma pecuária extensiva voltada para o abastecimento interno, em especial dos mercados do Sudeste. Na verdade, assistimos no Centro-Oeste à transição do trabalho escravo para formas de produção assentadas em outras relações não-capitalistas. A lavoura de alimentos se baseava principalmente no trabalho familiar, assumindo, portanto, um caráter camponês. A agropecuária, da mesma maneira, não se fundava no assalariamento, mas em um tipo de relação em que o trabalhador (agregado ou camarada — indivíduos destituídos da propriedade da terra) era remunerado pela cessão de um lote de terra de que retirava a sua subsistência; quando o produtor se empregava na condição de camarada, recebia um pequeno pagamento monetário. Na pecuária encontramos o “sistema de quarta”, pelo qual o vaqueiro recebia um quarto das crias do gado que estivesse sob os seus cuidados.

Por outro lado, a viabilização do trabalho livre e o crescimento da pecuária extensiva acarretariam a mudança da estrutura fundiária. O controle sobre as terras passava a garantir não apenas a subordinação do trabalhador mas também o acesso às melhores pastagens. Tal fato é perceptível principalmente nas áreas dinâmicas de criação mercantil.

Dentro do avanço da pecuária extensiva e mercantil, percebe-se a ocupação do sul de Goiás, que em 1872 detinha 54,6% da população da província. A ocupação pecuarista dessa região — implementada por migrações de mineiros e paulistas na primeira metade do século XIX — insere-se no movimento de nova criação de sistemas agrários, não voltados para o mercado internacional, mas sim ligados ao mercado interno. Vinculada principalmente ao abastecimento dos mercados do Sudeste, a mondanagem daquele sistema agrário encerra alguns traços que devem ser sublinhados. Tal é o caso do processo vivenciado pelo município de Rio Verde.

Esse município consistia, no início do século XIX, em uma área de fronteira aberta, desabitada pelo homem branco. Em 1830, ele seria ocupado por populações vindas do Sudeste do país. Contudo, há indícios de que tal processo não resultaria no estabelecimento de um sistema agrário caracterizado pelo pequeno lavrador, com a sua agricultura de alimentos, mas sim em um sistema dominado pela grande unidade pecuarista-mercantil. Tal processo foge do tradicional quadro de fronteira pioneira, onde a ocupação territorial é decorrência da penetração da agricultura camponesa. Em Rio Verde temos a instalação de uma pecuária extensiva e mercantil, cuja característica básica é a concentração de terras; ela viabilizava relações de produção com base no trabalho livre e o caráter extensivo da reprodução do sistema. Em outras palavras, temos a criação de um sistema agrário cujo traço básico é a diferenciação da estrutura social; e isso aparece ligado ao abastecimento do mercado interno.

O fato de o sul de Goiás ter vivido, no século XIX, um movimento de montagem de um sistema agrário mercantil o diferencia, em vários aspectos, das regiões goianas de povoamento mais antigo. Além da tendência à concentração fundiária, encontramos no sul um maior índice de mercantilização da terra. Em fins da década de 1850, 76% das propriedades de Rio Verde tinham sido adquiridas por compra, enquanto que em Goiás Velho (área de povoamento antigo) essa cifra caía para 36%. Àquelas duas características junta-se ainda o fato de que 29,2% das compras de terras foram feitas por pessoas de outras províncias entre 1850 e 1910; desses investimentos, 43,0% saíram de Minas Gerais.

Assim sendo, no Centro-Oeste, já no século XIX presenciamos um fenômeno que o irá caracterizar no século XX. Isto é, a criação, na fronteira, de sistemas agrários mercantis, caracterizados pela concentração de riqueza, ou, o que é o mesmo, a reprodução na fronteira das desigualdades socioeconômicas da "sociedade matriz".

FORMAS DE TRABALHO NO MUNDO AMAZÔNICO

Ao longo do século XIX, a economia da Amazônia é caracterizada pela combinação em uma mesma empresa da agricultura e de subsistência com o extrativismo. Tais atividades teriam por base diversas formas de produção, que variavam desde a economia camponesa até o uso compulsório do trabalho indígena. Por seu turno, em determinadas conjunturas econômicas, observar-se-ia o crescimento do extrativismo, o que acarretaria uma ligação com o mercado e, por conseguinte, um maior fluxo da renda. Entretanto, mesmo nessas ocasiões, a produção

de alimentos continuava presente. Em realidade, a agricultura de alimentos e a natureza do regime de trabalho amazônico, já que ambos representavam um baixo investimento de capital, serviam de base para a acumulação de riquezas via extrativismo: riquezas essas, em geral, apropriadas pelo capital mercantil em meio a uma cadeia de endividamento e de uma hierarquia econômico-social fortemente desigual. O *boom* da borracha traria algumas mudanças a esse quadro sem, contudo, alterar as suas bases estruturais.

Assim, a economia da Amazônia na segunda metade do século XIX é marcada pelo domínio da produção da borracha. Atividade extrativa ligada ao abastecimento do mercado industrial internacional, a demanda externa por essa matéria-prima cresceria sensivelmente após 1890, com a invenção do pneumático.

Em 1892 a produção brasileira de borracha correspondia a 61% da produção mundial, e ainda em 1910 o Brasil era responsável por 50% do consumo internacional. O crescimento dessa economia pode ser indicado pela ampliação de suas exportações: entre 1852 e 1900 a exportação passa de 1.632t para 24.301.452t, ou seja, há um crescimento de 1.488.960%. Na década de 1850 a borracha significava 2,3% das exportações brasileiras, mas no decênio de 1901 a 1910 ela atingia a cifra de 28,2% das exportações, sendo o segundo produto das vendas globais do Brasil.

Essa alta taxa de crescimento só foi possível pelo afluxo de imigrantes, principalmente do Nordeste, aos seringais do Norte. Em 1872, o Norte era uma das regiões menos povoadas do Brasil, possuindo apenas 3,3% de seu contingente demográfico. Sendo uma atividade extrativa com baixo padrão tecnológico, o crescimento de extração da borracha pressupunha a incorporação de novas mãos de obra, necessariamente essa que não podia ser respondida localmente. Tal demanda de mão-de-obra seria suprida particularmente a partir das secas que se abateram sobre o Nordeste na década de 1870. Os resultados de tal fluxo podem ser vistos comparando-se a população do norte entre 1872 e 1920, período em que o aumento registrado é de 227,6% (de 332.847 habitantes para 1.090.545 habitantes); no mesmo intervalo de tempo, a população total brasileira era o seringal, área

A unidade de produção básica da borracha era o seringal, área constituída por árvores (*hevea brasiliensis*) de que se retirava o látex. Na exploração da borracha, uma atividade predatória, não existia de início o interesse pelo domínio da terra. Mas o *rush* da borracha modificaria o quadro. Os seringalistas (donos de seringais) passaram a ter interesse pela legalização da posse da terra e, desse modo, se constituíram as grandes propriedades.

Na base do seringal encontramos relações de produção cuja reprodução se prende ao endividamento do trabalhador (o seringueiro). O seringueiro retirava a sua subsistência dos gêneros vendidos pelo barracão do seringal. Em função dos altos preços de tais gêneros, acrescidos de juros pelo seu adiantamento, o trabalhador aparecia sempre endividado. Esse mecanismo, além de limitar a circulação monetária, mantinha o seringueiro preso à unidade de produção da borracha, o que limitava o caráter capitalista de tais relações. A isso se acrescentam as péssimas condições de trabalho e higiene a que o seringueiro estava submetido. Tais condições se traduziriam em altos índices de mortalidade.

Por sua vez, aquele sistema de adiantamento não surgia apenas entre o trabalhador e o dono do seringal. Esquema semelhante existia entre esse último e as "casas de aviamento". O abastecimento dos seringais era também feito através do "aviamento", que é o fornecimento de mercadorias (mantimentos e instrumentos de trabalho) a crédito. O final de tal cadeia de endividamento terminava nas relações entre as casas de aviamento, situadas em Manaus e Belém, e as firmas exportadoras, em geral controladas pelo capital internacional. Desse modo, o endividamento colocava em movimento toda a produção de borracha. Através desse esquema pré-capitalista, o seringueiro e as casas de aviamento se apropriavam do sobretrabalho produzido pelo seringueiro.

A partir de 1913 a produção asiática superaria definitivamente a da borracha amazônica. Essa atividade extrativa, além de seus efeitos predatórios sobre a ecologia da região, não geraria efeitos multiplicadores sobre outros setores econômicos da Amazônia. A borracha, além de não ter implementado uma acumulação de capital regional, parece ter implicado a redução da produção de alimentos e de outras atividades econômicas regionais.

AS CONJUNTURAS ECONÔMICAS DA REPÚBLICA DOS PLANTADORES E O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A virada do século XIX para o XX vivencia uma série de transformações em nível de economia internacional. A Inglaterra deixa de ser a "oficina do mundo" — posição que ainda ocupava em 1860 — para ser superada pelos Estados Unidos e pela Alemanha. O setor têxtil, eixo dinâmico da produção industrial do século XVIII, cede lugar à indústria química, elétrica e de construção de máquinas, dando margem ao surgimento das grandes plantas industriais. Os processos de concentração e de centralização na produção capitalista, acompa-

nhados da fusão do capital bancário com o industrial — originando o chamado capital financeiro — resultaram na própria modificação da lógica de funcionamento da economia capitalista, agora cada vez mais assentada na presença de grandes empresas e em práticas monopolistas de mercado. Acompanhando tais processos temos uma maior integração da economia mundial, sob a hegemonia do capital. Ao lado da tradicional exportação de manufaturados pelas economias industriais, cresce o número de investimentos (em ferrovias, serviços públicos, empresas produtivas ou na forma de empréstimos) nas colônias, possessões e países denominados "periféricos". Perpassando tal quadro, temos uma nova onda colonialista, entre 1880 e 1914, que repartiria o mundo entre as grandes potências da época.

Nesse período, no Brasil, como já vimos, as mudanças coexistem com permanências estruturais. A agricultura continua a ser o principal setor da economia e, em 1920, ela ainda ocupa 66,7% da população economicamente ativa do país. Nas velhas e novas áreas agroexportadoras, nota-se a persistência de uma estrutura fundiária concentrada, um dos elementos de sustentação das relações de produção agrárias pós-escravidão e, portanto, da "República dos Plantadores". Entretanto, no interior dessa República e mesmo nas décadas finais do Império, encontramos elementos novos.

Ao lado da instalação e ampliação das estradas de ferro (iniciadas na década de 1850), temos o crescimento dos centros urbanos e das atividades econômicas a eles ligadas. Isso, entre outras coisas, acarretaria uma maior complexidade da economia do país. Entre 1872 e 1920 as municipalidades com mais de 100 mil habitantes elevam a sua participação no conjunto da população de 5,1% para 9,7%. Calcula-se que, entre 1872 e 1900, cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador teriam o seu contingente demográfico aumentado, respectivamente, em 664%, 195% e 59%. Entre 1872 e 1875 instalam-se redes de tráfego urbano naquelas cidades e também em Campinas, São Luís e Recife. Na década de 1880, criam-se serviços telefônicos nos principais centros urbanos do país. Estima-se que, de 1872 a 1920, a mão-de-obra ligada à produção industrial (incluindo a artesanal) eleva-se de 4,8% para 8,2% da população ativa do país. O crescimento dessas atividades se dá, como já afirmamos, dentro de um quadro ainda agrário, no interior de uma República de Plantadores. A seguir, procuramos apresentar, em linhas gerais, as primeiras conjunturas econômicas dessa República.

Os últimos anos do Império são marcados por mudanças na política econômica do país. Frente à falta de liquidez e de crédito agravada pela emergência do trabalho livre (1888), empreendem-se

modificações no sistema financeiro. De um lado, temos uma reforma bancária que facultava a certos bancos o direito de emissão do meio circulante. De outro, encontramos a celebração de acordos entre o Tesouro Nacional e casas bancárias, com o objetivo de alargar os créditos à lavoura. Por esses últimos contratos, o Estado adiantaria somas de dinheiro (a prazos que variavam de 7 a 22 anos) aos bancos; estes, por sua vez, se comprometiam a emprestar à lavoura o duplo daquelas quantias, a prazos de 1 a 15 anos, com juros de 6% ao ano.

Deve-se sublinhar que tais medidas foram acompanhadas pelo aumento do endividamento externo. Desde os primeiros anos de 1880, o recurso a empréstimos externos passa a ser um mecanismo privilegiado para o custeio das despesas públicas, o que antes era feito pelo endividamento interno do Estado, através da colocação no mercado de apólices da dívida pública. Tanto a política emissora como a ampliação do crédito interno foram, em certa medida, lastreados pelo endividamento no exterior.

Estas modificações no cenário financeiro do país seriam continuadas e aprofundadas na República (proclamada em 15.11.1889). Entre 1889 e 1890 o papel-moeda emitido aumentou 3,5 vezes. Mencionemos ainda o decreto de 17.1.1890 sobre as sociedades econômicas, pelo qual se legalizava a negociabilidade de ações desde que 10% do capital subscrito pelos incorporadores fossem integralizados e depositados em um banco ou em mãos de uma pessoa idônea e abastada. Desse modo, rompia-se efetivamente com a lei dos entraves de 1860 (modificada em 1882), pela qual somente as sociedades com capacidade de se autofinanciarem poderiam funcionar.

Essas medidas — ao ampliarem o meio circulante, as possibilidades de crédito e o mercado acionário — tiveram repercussões positivas sobre a agricultura, a indústria e o comércio. Contudo, elas também seriam acompanhadas pelo aguçamento da especulação e da inflação. Os bancos emissores, somados a outros com os quais o governo havia celebrado acordos para o auxílio à lavoura, foram os desencadeadores de uma fase de especulação desenfreada, já que os seus papéis (em função dos privilégios a eles concedidos pelo Estado) adquiriram uma rápida e elevada cotação. Ainda sob o Império, em setembro e outubro de 1889, as subscrições para alguns bancos chegam a ter o seu valor aumentado em mais de 40% de ágio. Nos primeiros anos da República a isso se somaria um sem-número de ações emitidas por várias companhias, que se organizavam com o intuito de grandes negócios, na esperança de dinheiro fácil e barato, afluindo concorrentemente à Bolsa de Valores. Entre 1888 e 1891 a inflação passaria de

1,1% ao ano para 84,9%. Essa época seria conhecida por Encilhamento — expressão retirada do periódico carioca *Jornal do Commercio* de 1890, e que se referia ao momento em que eram feitas as últimas apostas em uma corrida de cavalos.

Por sua vez, a caracterização desses anos, mesmo que rápida, não ficaria completa sem a apreensão de pelo menos alguns segmentos da produção. Para a agroexportação cafeeira de São Paulo, o aumento do meio circulante e do crédito se combinaria à existência de outros elementos. Na segunda metade dos anos 1880, naquela área, encontramos o seguinte quadro: crescimento da oferta de mão-de-obra pela chegada de imigrantes; disponibilidade de uma fronteira agrícola, dada pelas terras do novo Oeste paulista; por último, uma conjuntura internacional (1885-1890) favorável, em função da subida dos preços do café. Esse quadro acarretaria um *boom* dos negócios cafeeiros, com a abertura de novas fazendas e a conseqüente especulação de terras. Entretanto, isso começaria a se modificar a partir de 1890 com o declínio das cotações internacionais do café, fenômeno que em um primeiro momento seria contrabalançado pela desvalorização cambial, que permitia o “aumento” das receitas de exportação em moeda nacional. Em 1894, uma recessão econômica iniciada na Europa atingiu o principal mercado importador do Brasil, os Estados Unidos. Três anos depois, a grande safra de 1896-97 incidiria decisivamente sobre os preços do café no mercado internacional. Mais do que uma queda de preços, nessa fase o que se observa é uma forte defasagem entre a oferta e a demanda de café.

Tal contexto nos ajuda a entender a crise financeira na qual se encontrava o Estado na virada do século XIX para o XX. A contínua redução das receitas de exportação e o vulto da dívida externa levariam o país à beira do colapso financeiro. Essa situação culminaria com a assinatura, entre o Brasil e seus credores externos, do *Funding Loan* de 15 de junho de 1898. Por esse acordo, os antigos empréstimos e respectivos juros seriam pagos com novos empréstimos a juros elevados. Além disso, as rendas de todas as alfândegas ficavam hipotecadas aos credores externos; o governo brasileiro se obrigava a não assumir novos compromissos externos ou internos até junho de 1901; e o Estado prometia retirar de circulação uma soma de papel-moeda equivalente aos títulos de empréstimo. Em suma, nesse momento percebe-se nitidamente o aumento da ascendência dos bancos internacionais sobre a economia nacional.

Pari passu a esses acordos externos, no interior da República dos Plantadores os estados produtores de café começam a discutir meca-

nismos que viessem a sustentar o preço daquele produto no mercado internacional (é a política de valorização do café). Esse debate resultaria no chamado Convênio de Taubaté (cidade paulista onde os presidentes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro se reuniram em 26 e 27 de fevereiro de 1906). Entre os objetivos estabelecidos por esse encontro temos a sustentação do preço internacional do café, mediante a redução da oferta desse produto, e a estabilização da taxa cambial em nível inferior àquele existente em 1906. A redução da oferta de café seria alcançada através da retirada de parte desse produto do mercado, o que por sua vez seria viabilizado por compras custeadas por empréstimos externos. Devido à resistência dos bancos internacionais, temerosos diante da situação financeira do Brasil, aqueles empréstimos seriam fornecidos por negociantes internacionais diretamente ligados ao comércio do café. Esse último dado levou parte da historiografia a enfatizar que os grandes beneficiados pelas políticas de valorização do café foram os comerciantes e banqueiros internacionais, e só em segundo plano os fazendeiros. Seja como for, o fato é que tais políticas foram, na verdade, pagas pelo conjunto da sociedade (em particular, pelas classes trabalhadoras).

* * *

A virada do século XIX para o XX seria, ainda, caracterizada pelo início do processo de industrialização no país. Em São Paulo parecia existir um certo consenso na historiografia — a matriz social da burguesia industrial fora a chamada burguesia cafeeira. O capital industrial teria nascido de um desdobramento do capital cafeeiro empregado tanto na esfera agrícola como no seu segmento urbano (atividades comerciais, serviços financeiros etc.). O novo é que tal transferência não se daria em períodos de retração das exportações, como até há pouco se pensava, mas no auge delas, mais precisamente em momentos em que a taxa de acumulação produtiva cafeeira era ultrapassada por sua taxa de acumulação financeira. Em outras palavras, o complexo cafeeiro, ao acumular, criou o capital — dinheiro que se converteu em capital industrial e criou algumas das condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho (a imigração de europeus para o café criaria excedentes para a indústria nascente) e uma capacidade para importar meios de subsistência/produção destinados à indústria nascente. Essa transformação, por exemplo, de capital monetário em meios de produção, só fora possível porque o café passava por um auge exportador.

Deve-se sublinhar que provavelmente a rentabilidade da inversão direta do capital financeiro no setor industrial não seria muito baixa. Contribuíam para isso os baixos salários industriais e a projeção aduaneira com que aquele setor contava. A isso junta-se o fato de que os custos da indústria com a importação de maquinaria, ainda que prejudicados pelas correntes desvalorizações do café, não deveriam ser tão pesados, compensando-se com a pouca despesa em salários.

Por sua vez, o investimento em indústrias de bens de consumo leves e não de bens de capital prende-se a duas razões. Em primeiro lugar, a indústria de bens de capital necessita de uma grande inversão inicial. Em segundo, ela pressupõe uma alta tecnologia, que ainda não estava “disponível” no mercado internacional. Nenhum desses dois obstáculos ocorria com a produção de bens de consumo, pois seus custos iniciais eram comparativamente menores e sua tecnologia já se encontrava à disposição (não existia um controle maior sobre ela por parte das matrizes tecnológicas, ou seja, os países industriais). A isso se acrescenta que os capitais internacionais ainda não estavam, de maneira expressiva, investindo industrialmente no país.

O que dissemos até agora não deve ser entendido erroneamente. As relações entre o capital cafeeiro e a indústria são passíveis de contradições. Ao mesmo tempo em que aquele capital estimulou a montagem da indústria, por outro lado ele a limitou. A realização da acumulação cafeeira, além de terras, meios de produção e mão-de-obra, demanda meios de subsistência que, em parte, podiam ser supridos pela indústria nacional. Ao ser internalizado, portanto, o processo de reprodução da força de trabalho (em termos de manufaturados) gera uma demanda para a indústria local. O que, por esse lado, cria uma inter-relação setorial entre o complexo cafeeiro e o setor industrial. Entretanto, essa inter-relação não cria uma relação clássica entre os dois setores, na medida em que as condições de lucro são parcialmente exógenas. Na verdade, a acumulação do setor cafeeiro passa apenas em parte pela indústria, através da reprodução da força de trabalho e como parte pela indústria, através da reprodução da força de trabalho e como parte de investimento. Em contrapartida, a reprodução daquele capital depende da realização externa. E o mesmo ocorre, indiretamente, com o setor industrial. Esse depende em parte, para repor seus meios de produção, da capacidade de ampliação do setor cafeeiro, o que significa dizer que também a indústria depende da realização externa. Não obstante, é necessário deixar claro que a dinâmica da indústria está ligada igualmente a outros segmentos da economia e não apenas à agroexportação: aqueles voltados para o mercado interno (é fundamental que pesquisas posteriores atentem para esse ponto).

Vejamos mais de perto como se davam as relações entre o complexo cafeeiro e a indústria. Nos períodos de expansão do café, a acumulação produtiva não acompanha a capacidade de acumulação financeira do complexo. Esse descompasso se traduz na possibilidade de se vir a investir no setor industrial, ou então na aquisição de meios de produção industriais. Assim, esse setor vê as suas condições de reprodução ampliadas. Em um segundo momento, entretanto, essa situação se inverte. Respondendo de maneira atrasada aos impulsos dos preços internacionais, inicia-se a ampliação da produção cafeeira. Uma das conseqüências possíveis desse último movimento será a redução da injeção de capitais excedentes do café na indústria. Frente a uma provável tendência à queda da taxa interna de rentabilidade (acentuada pela competição advinda das importações de manufaturados), o setor industrial responderá acentuando a concorrência inter-capitalista. Terminada a fase de auge do ciclo, os preços do café caem, podendo prejudicar a indústria. Porém, com a queda dos preços o capital industrial pode se beneficiar, já que tal situação acarreta também a redução das importações de manufaturados.

Passando para o Rio de Janeiro, pesquisas recentes tendem a provar que o início de sua industrialização seguiu um padrão diferente do paulista. Ao contrário dessa última região, no Rio de Janeiro a agricultura cafeeira de finais do século encontrava-se em descenso, não gerando assim excedentes decorrentes de uma acumulação agrícola em expansão para serem investidos na indústria. Na verdade, teria ocorrido o inverso. A decadência dessa atividade agroexportadora fizera com que os capitais se deslocassem para novas áreas de investimento, entre elas o setor industrial. Esse deslocamento fora possível pelo fato do capital mercantil dominar a produção agrícola. Com isso queremos dizer que os primeiros passos da industrialização resultaram da transformação do capital mercantil em industrial. Os estudos de casos sobre o setor têxtil tendem a confirmar, em parte, tal tese. A maior parte das indústrias têxteis instaladas no final do século XIX na cidade tiveram sua acumulação prévia realizada em atividades mercantis, principalmente aquelas ligadas ao comércio de tecidos.

Em 1895, a cidade e o estado do Rio de Janeiro possuíam juntos 43,6% (24) das indústrias de tecidos do país, sendo a principal área produtora. Vinte anos mais tarde essa supremacia já havia sido superada por Minas Gerais e São Paulo, que possuíam respectivamente 22,1% (53) e 21,2% (51) das unidades fabris do país. Apesar do Rio de Janeiro (estado e cidade) contar, em 1915, com 19,1% das unidades (46), continuava a deter 34,8% do capital investido naquele segmento

industrial; São Paulo, o segundo colocado, possuía 29% do capital. Contudo, comparando o crescimento do Rio de Janeiro com o de São Paulo no período 1905-1915, observa-se que esse último apresenta um desempenho melhor, tanto em termos de aumento de unidades como de capital. Em São Paulo, o número de indústrias têxteis crescera em 183% e o capital em 193%; o Rio de Janeiro teve, respectivamente, um aumento em 119,5% e 38,5%. Assim sendo, já era manifesta a supremacia industrial de São Paulo sobre o Rio de Janeiro, fenômeno que se acentuará no decorrer do século XX.

CONCLUSÕES: EM DIREÇÃO AO SÉCULO XX

Em geral, percebe-se que a Primeira República (1889-1930) configura um período de transição, que teria se iniciado um pouco antes, ainda no Império, com a abolição do trabalho escravo e a passagem para relações capitalistas de produção. Tal mudança, ao acarretar a formação de um mercado interno e a ampliação da divisão social do trabalho, implicaria o começo do rompimento com uma economia que se concentrava na agroexportação. Apesar de a Primeira República poder ser encarada como um período de transição, algumas observações devem ser agregadas ao raciocínio anterior:

- como antes procuramos demonstrar, no período escravista a *plantation* não conformava uma unidade auto-suficiente. Ela recorria ao mercado para se reproduzir, e o fazia em um *mercado interno* pré-capitalista;
- em segundo lugar, temos que aquela transição não representou a consolidação, na agroexportação, de relações capitalistas de produção, mas sim a constituição de diferentes tipos de relações de produção não-capitalistas (colonato, parceria, moradores etc.), fato esse que redefine o ritmo da transição para uma economia capitalista.

Assim sendo, o mercado interno (e das produções para ele voltadas) não é uma criação de período pós-escravidão. Na verdade, o que se nota é a ampliação de tal mercado, da mesma maneira que o trabalhador de *plantation*, depois de 1888, não se transforma imediatamente em um assalariado para o capital. Isto, por sua vez, nos leva a outras questões, já que é na virada do século XIX para o século XX que se percebem os primeiros passos rumo à industrialização. Referimo-nos a que a gestação desse último setor não seria precedida ou acompanhada por uma ruptura profunda com a estrutura agrária

tradicional. Em outras palavras, os primeiros passos da industrialização brasileira fogem ao modelo clássico europeu, em que ela foi acompanhada por modificações substantivas na agricultura, culminando com a emergência de relações capitalistas no campo. Na verdade, no Brasil a acumulação de capital (mesmo depois de 1930) será acompanhada pela permanência e mesmo recriação de formas não-capitalistas da produção agrária — e, mais do que isso, por uma estrutura fundiária com grande grau de concentração. Por sua vez, em nível político, tal situação se traduziria na fragilização da sociedade civil e, *grosso modo*, na conciliação dos interesses de uma burguesia industrial com segmentos do setor agrário.

Deve-se ainda sublinhar que, na passagem para o século XX, industrialização era sinônimo de constituição de indústrias leves (a exemplo da têxtil), estando fora daquele processo a formação de um setor produtor de bens de capital (indústria pesada). Assim sendo, neste período não estamos diante de um processo de acumulação autocentrada: a reprodução daquelas empresas dependia fundamentalmente da capacidade de importar da economia. Por isso a industrialização se apresentava em uma situação de dependência frente à divisão internacional do trabalho.

Por último, outro traço que caracteriza os derradeiros anos do século XIX e que seria aprofundado ao longo do século seguinte diz respeito às disparidades regionais. O crescimento da agricultura mercantil (tanto para a exportação como para o consumo interno), associado aos processos de urbanização e industrialização, transforma o Sudeste no principal eixo econômico do país. Em contrapartida, o mesmo não está ocorrendo com o Nordeste, região que perde, em finais do século XIX, sua posição no contexto nacional. Em 1872 o Nordeste detinha 46,7% da população do país e o Sudeste, 40,5%. Em 1900 estima-se que essas regiões concentravam respectivamente 38,7% e 44,9% do contingente demográfico nacional.

BIBLIOGRAFIA

Para uma primeira apreensão do período abordado no presente capítulo, devemos sublinhar os volumes dirigidos por HOLLANDA, Sérgio Buarque e FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira* — Brasil monárquico (5 vols.) e Brasil republicano (4 vols.), São Paulo, Difel, 1977.

Entre os trabalhos clássicos sobre a escravidão encontramos: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1977 (15a. ed.); FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1957 (3a.

ed.). A estes, na década de 1970, se juntariam outros: NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, São Paulo, HUCITEC, 1983 (2a. ed.); DOSO, Ciro Flamarion S. "EI modo de producción esclavista colonial en América" in: ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Modos de producción en América Latina*, Buenos Aires, Cuadernos de Pasado y Presente, 1975 (3a. ed.); GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978 (2a. ed.). Os dois últimos são portadores de uma nova proposta de análise sobre a escravidão colonial, procurando apreendê-la como base de uma economia e sociedade (modo de produção) específicas. Em 1988, foi publicado um trabalho que se preocupa em oferecer uma revisão crítica da bibliografia mais recente referente ao escravismo brasileiro: CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.) *Escravidão e abolição no Brasil* — novas perspectivas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

Sobre a escravidão na agricultura cafeeira e a transição para o trabalho livre, em São Paulo e Rio de Janeiro, em meio a uma vasta bibliografia, temos: COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1982 (2a. ed.); IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo, HUCITEC, 1978; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo, Domus/Editora da Universidade de São Paulo, 1965; STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961; MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, São Paulo, HUCITEC Polis, 1984; DEAN, Warren. *Rio Claro — Um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; SPINDEL, Cheyva R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979; MELLO, Pedro Carvalho de. *A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888*, Rio de Janeiro, Programa Nacional de Pesquisa Econômica, PNPE, 1984; SLENES, R. W. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*, tese de doutorado, Stanford University, 1975; HALL, M. M. *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914*, tese de doutorado, Columbia University, 1969; STOLLKE, Verena. *Cafecultura — homens, mulheres e o capital (1850-1980)*, São Paulo, Brasiliense, 1986; KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1987; MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra*, dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1979; FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*, Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983; VINHAES, Eliana G. *As formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local*, Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, Departamento da História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992; SAMPAIO, Antônio C. Jucá de. *Magé na crise do escravismo*. Niterói, dissertação de mestrado, Departamento da História da Universidade Federal Fluminense, 1994; GOÉS, José Roberto. *O cativo imperfeito*, Vitória, Governo do Estado do Espírito Santo, 1993; CASTRO, Hebe M. Mattos & SCHNDOR, Eduardo (org.). *Resgate, uma janela para o oitocentos*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1995. Quanto à agroexportação no Espírito Santo, destaca-se o livro de ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição. O Espírito Santo (1850-1880)*, Rio de Janeiro, Graal, 184. Sobre a economia escravista-colonial e o império ultramarino ver: FRAGOSO, João L. R. & FLORENTINO, Manolo G. *O Arcaísmo como projeto; mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 — c. 1810*, Rio de Janeiro, Diadorim, 1993; ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império, Lisboa, Afrontamento, 1993; DREIRA, Jorge M. V. Estrutura industrial e mercado colonial, Portugal e Brasil (1780-1830)*,

Lisboa, Difel, 1994; FLORENTINO, Manolo G. *F.m costas negras; uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII-XIX)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. Entre esses trabalhos, o de Florentino possui o mérito de analisar a economia colonial-escravista tendo como pano de fundo o império ultramarino português. Nesse sentido, contribui para a sedimentação de uma nova perspectiva de pesquisa. Recentemente, dois trabalhos inovaram no estudo da transição, na antiga Província fluminense, do trabalho escravo para o livre, ao sublinharem a ação dos ex-escravos na constituição da parceria. RIOS, Ana M. Lugão. *Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul (1872-1920)*, Niterói, dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 1990; CASTRO, Hebe M. Mattos. *A cor inexistente. Os significados da liberdade no Sudeste escravista*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. Esta bibliografia é ainda complementada pelas publicações, relacionadas a seguir, no item sobre a industrialização na virada do século XIX para o XX. FLORENTINO, Manolo Garcia. *Negócios negreiros no porto do Rio de Janeiro. 1790-1830*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1988 (Relatório de Pesquisa). Quanto à agroexportação escravista no Espírito Santo, destaca-se o livro de ALMADA, Vilma P. F. de. *Escravismo e transição. O Espírito Santo (1850-1880)*, Rio de Janeiro, Graal, 1984. Essa bibliografia é ainda complementada pelas publicações, relacionadas a seguir, no item sobre a industrialização na virada do século XIX para o XX.

Contrastando com a vasta historiografia presente para a agricultura agroexportadora do café no século passado (São Paulo e Rio de Janeiro), temas como escravidão e transição para o trabalho livre no Nordeste, escravidão fora da *plantation*, "homens livres pobres" e mercado interno, são ainda pouco desenvolvidos. E isso torna-se mais grave por significar o desconhecimento das realidades regionais fora do eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Entre as poucas publicações que abordam o primeiro tema citamos: EISENBERG, Peter G. *Modernização sem mudança — a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; GALLIZA; Diana S. de. *O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1880)*, João Pessoa, Editora Universitária, 1979. COSTA, Dora P. *Posse de escravos e produção no agreste paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888*, Campinas, dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 1992. Mais recentemente, ligadas particularmente à consolidação dos estudos de pós-graduação no Brasil, começaram a surgir publicações e teses universitárias sobre assuntos não vinculados exclusivamente à agroexportação escravista. Nessa linha temos os estudos sobre o mercado interno: PETRONE, Maria T. Schorer. *Bardo de Iguape*, São Paulo, Ed. Nacional, 1976; LINHARES, Maria Yedda. *História do abastecimento, uma problemática em questão (1530-1918)*, Brasília, BINAGRI, 1979; MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*, São Paulo, HUCITEC, 1978; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*, São Paulo, Símbolo, 1979; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História*, São Paulo, Brasiliense, 1987; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Camponeses e criadores na formação social da miséria (1820-1920)*, Niterói, dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1981; FARIA, Sheila Siqueira de Castro, *Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)*, Niterói, dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1986; GORENSTEIN, Riva. *O Enraizamento de interesses mercantis na Região Centro-Sul do Brasil, 1808-1822*, São Paulo, dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1978.

Na década de 1980 aparecem trabalhos que enfocam os temas acima arrolados (detendo-se ainda em formas de produção não-escravistas) de uma perspectiva mais

regional, começando assim a preencher uma lacuna na historiografia brasileira. Para Minas Gerais encontramos: MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR, novembro de 1980 (mimeografado); LIBBY, Douglas Cole, *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, São Paulo, Brasiliense, 1988; LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*, Campinas, Ed. da UNICAMP, 1988. ALMEIDA, Carla, *As alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*, Niterói, dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 1994; PAIVA, Clotilde A. "Engenhos de cana e população no século XIX mineiro: notas sobre a expansão aguardenteira", in: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, *Anais do IX Encontro dos Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, ABEP, 1984; ANDRADE, Francisco F. *A enxada complexa; roceiros nais, fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*, dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 1995; CHAVES, Claudia das G. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*, dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

No que se refere ao Rio Grande do Sul — além do texto clássico de CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (2ª ed.) —, já é possível arrolar algumas dissertações de mestrado, a exemplo de: CORSETTI, Berenice, *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*, Niterói, dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1983; ZARTH, Paulo A. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*, Niterói, dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1988; da mesma forma iniciou-se uma produção em nível de pós-graduação para o Centro-Oeste: LUZ, Maria Amélia de Alencar. *Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudança (1850-1910)*, Goiânia, dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, 1982; FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás — 1800-1850 — um período de transição da mineração à agropecuária*, Niterói, dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1983. Por último, temos a região amazônica: SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980; LIMA, Eli de Fátima Napoleão. *Produção de alimento e extrativismo: Belém e seus núcleos subsidiários, 1850/1920*, Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, CPDA-UFRRJ, 1986. SAMPAIO, Patrícia. *Os fios de Ariadne: tipologia de portunas e hierarquias sociais em Manaus, 1840-1880*, Niterói, dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 1994. Um dos méritos desse último trabalho é a apreensão da articulação entre o extrativismo e a agricultura de subsistência no mundo amazônico; além disso, a autora é pioneira no estudo das formas de acumulação endógena na economia e conjunturas econômicas no

início da República, achamos o mesmo desequilíbrio regional de estudos, já apontado para a economia brasileira no século XIX. Assim sendo, a maior parte das publicações se concentra em São Paulo, secundado pelo Rio de Janeiro, e poucos são os que tratam de outras áreas: DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo, 1880-1945*, São Paulo, Difel, 1971; CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial*, São Paulo, T. A. Queiroz Ed., 1981; MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982; SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Rio de Janeiro*, Editora Alfa-Omega, 1976; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, 2 vols., Rio de Janeiro, IBMEC, 1978; MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *Empreendedores e investidores em indústria*

têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895, Niterói, dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1985; VILLELA, Annibal V. e SUZIGAN. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/ INPES, 1975; LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IBMEC, 1977; TANNURI, Luiz Antônio. *O encilhamento*, São Paulo, HUCITEC-FUNCAMP, 1981; MENDONÇA, Sônia Regina de, *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro*, Niterói, dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1977.

PARTE B:
A POLÍTICA NO IMPÉRIO E NO INÍCIO
DA REPÚBLICA VELHA:
dos barões aos coronéis

João Luís Fragoso
Francisco Carlos Teixeira da Silva

Segundo a literatura recente sobre a história política do Império, o ano de 1850 é um marco no processo de consolidação do sistema político imperial, com seus traços característicos: monarquia, unidade, centralização e baixa representatividade. Isso não significa, contudo, que as relações entre a Coroa e a sociedade tenham se tornado mais fáceis e menos complexas até o final do Império. Antes de discorrermos sobre esse sistema político no período 1850-1889 (sendo esse último o ano da proclamação da República), faz-se necessário determo-nos, mesmo que rapidamente, no movimento de formação de tal sistema. Segundo Murilo de Carvalho (1981), nos países onde se nota a ausência de uma forte classe dominante, capaz de regular as relações sociais (referimo-nos àqueles países que não conheceram revoluções burguesas clássicas), as elites políticas, incluindo-se aí a burocracia, assumem um papel decisivo na constituição do Estado. Uma das